



620

# 25 de Abril

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

## PRIMEIRO GOVERNO CONSTITUCIONAL

(Pág. 4) ▶

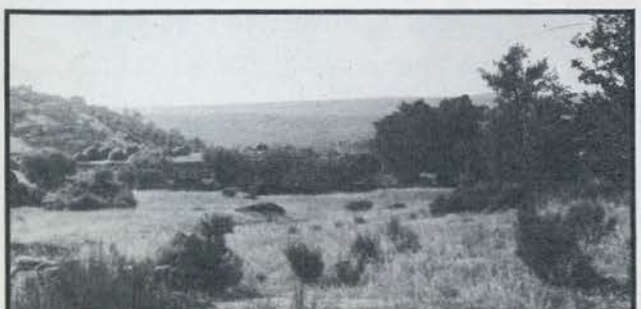


## O ACOLHIMENTO NAS FRONTEIRAS

◀ (Pág. 9)  
**BALDIOS:  
PARA QUANDO A SUA RESTITUIÇÃO  
AO POVO?** (Pág. 19)  
▼

## LER AINDA:

- O emigrante português no mundo (Pág. 21)
- Entrevista emigrante (Pág. 26)
- Carta do mês (Pág. 34)





# Para executar uma Política de Emigração

*Com o esforço e o produto do seu trabalho, os emigrantes contribuem dia a dia para a reconstrução do País. Os governantes, entretanto, querem saber como os emigrantes desejam a política orientadora desse esforço.*

*Escreva-nos a dizer:*

- o que pensa deste PROGRAMA ...*
- como deve ser posto em prática.*
- que esforços devem ser feitos em primeiro lugar, em favor dos emigrantes.*

---

## A EMIGRAÇÃO NO PROGRAMA DO PRIMEIRO GOVERNO CONSTITUCIONAL

A existência de mais de dois milhões de portugueses espalhados pelo Mundo, e que de uma forma ou de outra se mantêm estreitamente ligados a Portugal, impõe uma política de emigração dinâmica, a definir no quadro de uma política externa global, embora com a elasticidade necessária às diferenciações relativas às várias comunidades em que os emigrantes se integram.

Não interessará agora criticar o que se realizou de mal ou não se realizou no passado, mas, pelo contrário, importa referir as iniciativas, ainda que pontuais e sectorizadas, que urge criar e desenvolver:

- Assim, não se oculta a importância das negociações sobre um Acordo de Emigração com a França que necessitam de conclusão urgente;
- Como as intervenções diversas junto das autoridades da República Federal Alemã (RFA) já iniciadas no sentido de negociação de novo acordo devem ser intensificadas com o objectivo de se obterem, a curto prazo, condições de exercício de direitos laborais dos

emigrantes portugueses equivalentes à dos trabalhadores nacionais;

- Citaremos ainda as tentativas desenvolvidas nas negociações com a Comunidade Económica Europeia com vista a que o estatuto laboral e social dos trabalhadores nacionais dos países membros das Comunidades Europeias, o que só será conseguido integralmente com a adesão de Portugal ao Mercado Comum.

Impossível como é, na actual conjuntura, o regresso imediato ao território nacional das grandes massas de trabalhadores emigrantes portugueses, o governo propõe-se:

### UM PLANO GLOBAL DE INICIATIVA E DE ACÇÃO

- Elaborar um plano global de iniciativas e de acções para que, no país de acolhimento se minorem ou mesmo se resolvam os problemas e as carências com que os nossos compatriotas





N.º 13 — AGOSTO-SETEMBRO / 1976 — Preço 15\$00

REVISTA MENSAL

EDICÃO E PROPRIEDADE  
DA SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

SEDE: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E APOIO CULTURAL  
PRACA DO AREEIRO, 11, 2.º ESQ — TELS: 72 15 30/72 60 95

DIRECTOR: JOSÉ CARDOSO

REDACTORES: AVELINO PINTO E PALMINHA SILVA  
ARRANJO GRÁFICO: PAULO DA TRINDADE FERREIRA

COMPOSTO E IMPRESSO  
POR MIRANDELA C.ª  
TRAV. CONDESSA DO RIO, 7-9 — LISBOA



# 25 de Abril

2 OS LEITORES EMIGRANTES ESCREVEM

---

4 O PAÍS HOJE

---

8 NOVO SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA EMIGRAÇÃO

---

9 O ACOLHIMENTO NAS FRONTEIRAS

---

16 PORTUGAL E O MUNDO

---

19 BALDIOS: PARA QUANDO A SUA  
RESTITUIÇÃO AO POVO?

---

21 O EMIGRANTE PORTUGUÊS NO MUNDO

---

26 ENTREVISTA EMIGRANTE

---

28 TOME NOTA...

---

34 CARTA DO MÊS

---

35 PELAS NOSSAS TERRAS

---

37 LIVROS

---

38 A FANTÁSTICA AVENTURA

---

40 ESTA REVISTA É PARA SI

---

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(VIA AÉREA)

PAÍSES	12 MESES		6 MESES	
França...	250\$00	45 F.	125\$00	23 F.
Bélgica ...	250\$00	370 F. B.	125\$00	190 F. B.
Alemanha ...	250\$00	24 D. M.	125\$00	12 D. M.
Inglaterra ...	250\$00	4,50 £	125\$00	2,50 £
Espanha ...	200\$00	80 P.	100\$00	240 P.
Brasil ...	320\$00	115 Cr.	160\$00	60 Cr.
Canadá ...	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
E. U. A. ...	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
Outros países da Europa ...	250\$00		125\$00	
Outros países fora da Europa...	340\$00		170\$00	



## OS LETTORES EMIGRANTES ESCREVEM



Os nossos leitores atenderam à sugestão que vimos lançando e começaram a escrever.

Publicamos hoje parte das cartas recebidas, na certeza de que é muito importante «escutar» estas vozes. A Revista «25 de Abril» deseja oferecer, cada vez mais, a todos os emigrantes, a possibilidade de contarem os seus problemas, e ser o porta-voz das suas opiniões e o veículo das suas sugestões. Sabemos, de antemão, que algumas das afirmações podem não agradar a todos. Mas... elas aí ficam, escritas, da maneira como nos chegaram às mãos...

No próximo número contamos publicar outras cartas.

### A DEMOCRACIA NÃO É, EM CASO ALGUM, DITADURA...

«Como devem fazer uma ideia é difícil dizer o que se passa junto de nós no que diz respeito a emigrantes, visto que cada um tem ideias momentâneas muito diferentes. São poucos os que conservam uma ideia positiva no que diz respeito a Portugal e isto porque a falta de informações é grande; algumas que temos é em francês ou outra língua, a qual 95 por cento não compreendemos nada ou quase nada e depois reina a confusão. Outros são analfabetos ou semi analfabetos, como é o meu caso que só tenho a 3.ª classe, mas esforço-me por ler, compreender, leio os jornais de língua francesa, italiana e às vezes espanhóis; leio as revistas «25 de Abril», a «Seara Nova» e às vezes o «Diário Popu-

lar» que um amigo me empresta e de tempos a tempos mando vir o «Diário de Notícias» de Lisboa, mas na verdade é muito caro; leio o semanário de Guimarães, terra natal, mas confesso a verdade não é um jornal que serve o público mas meia dúzia de Senhores e Senhores ciãos dos seus tios e padrinhos que por sua vontade e com medo das contas abandonaram o País, precipitadamente, pensando que se ia matar e esfolar a fazer contas, mas a democracia não é em caso algum ditadura!

No que diz respeito à falta de informações e meios das mesmas, permitam-me, através da Secretaria de Estado da Emigração, fazer um apelo ao Governo, uma vez que as empresas de publicidade foram nacionalizadas. Nós, os emigrantes, ficaríamos bastante reconhecidos ao Governo se ele tomasse a iniciativa de mandar 1 ou 2 jor-

nais dos maiores de Lisboa e Porto, para todas as principais cidades e vilas suíças e não só suíças, mas para todo o mundo aonde ainda não há jornais portugueses. (...)

António Martins  
(Suíça)

As questões de que nos fala merecem atenção cuidada por parte das entidades competentes. Assim o esperamos. Guardamos para o próximo número (para a rubrica «Carta do Mês») o «grosso» da sua carta, que nos pareceu de muito interesse dar a conhecer, na totalidade, a todos os emigrantes.

Àcerca da informação para emigrantes, pela nossa parte (DSIAC) temos vindo a fazer bastantes esforços para que ela melhore. E continuaremos neste sentido, sempre com o objectivo de pôr ao dispor dos emigrantes uma informação objectiva, útil e séria.

### «TEM SIDO UMA REVISTA EDUCATIVA...»

«Tenho recebido a revista mensal «25 de Abril» da qual sou assinante.

Comunico-lhe que a recebo com 2 meses de atraso; de qualquer maneira tem sido uma revista educativa, de divulgação e de uma categoria excepcional.

Para que expire a minha primeira assinatura ainda faltam os n.ºs 11 e 12 mas antes de expirar a assinatura, junto envio à s/ ordem um «money order» no valor de dólares U. S. \$15.00 cts) para mais um ano como assinante da revista.

Ao mesmo tempo desejo agradecer-lhe o Boletim «Portugal Informação/Doct.ºs» 6/8, 9/10 e 11/12 que os tenho lido a alguns Portugueses para os informar de todos os acontecimentos que se passam pelo n/ país. (...)

Augusto Paulo  
(Estados Unidos)

**Agradecemos que nos mande as moradas de que fala, e se possível outras informações sobre os emigrantes portugueses.**



## «UMA VEZ QUE JÁ SE PODE FALAR ALTO...»

«Fico satisfeito quando leio as notícias do nosso País que embora nos cheguem um pouco atrasadas é sempre agradável recebermos uma revista do nosso País e que nos informa um pouco da situação actual.

A R. «25 de Abril» oferece-nos a possibilidade de escrevermos para contar algumas coisas, uma vez que já se pode «falar alto»; aproveito esta oportunidade para vos contar o que me aconteceu no no nosso País quando fui passar as férias do 10 de Abril ao 10 de Maio deste ano.

Cheio de ilusões de ir respirar um pouco a liberdade da democracia de que tanto se fala depois do 25 de Abril. Embora as minhas férias em Portugal fossem numa altura de grande agitação política, confesso que me senti feliz pela mudança que o nosso Portugal atravessou, mas mal sabia eu que as desilusões me estavam reservadas para a partida. Pois no aeroporto quando entreguei o meu passaporte o Senhor Doutor perguntou-me: leva dinheiro português? Sim! Quanto? Sete mil escudos que me sobraram das minhas despesas. Só pode levar mil escudos por pessoa, que era a lei. Nessa altura eu respondi ao senhor Doutor que era uma lei injusta para com os emigrantes. Nós ganhámo-lo no estrangeiro, fazemos entrar no País as nossas economias não acho justo por uma bagatela de sete mil escudos ter que voltar atrás, depositar no banco. Um pouco enervado ao voltar novamente outra surpresa me esperava: a proibição de trazer comigo um livro de cheques que o tenho há mais de três anos. Aí reagi, dizendo que até aqui era o dinheiro agora o livro de cheques e logo sou eu e a família que não podemos sair do País como nos velhos tempos. Então para me acalmar, o Senhor Doutor entregou-me o livro de cheques e mandou-me passar à direita acompanhando do senhor guarda que com muita gentileza me

revistou dos pés à cabeça como que eu fosse um passador de divisas.

Depois de tudo isto que me aconteceu, pergunto o que se tem feito para nos proteger? Se fizerem assim a todos os emigrantes deixaremos de acreditar na democracia de que tanto se fala.

*Antero Boura  
(Suíça)*

**Há muitas coisas a mudar e a rectificar. Mas, todos, vós emigrantes aí e nós aqui, vamos transformando o País para melhor, ...e não deixarmos de acreditar na democracia.**

## ACERCA DAS ASSINATURAS

«Venho por meio desta carta enviar o valor correspondente da Revista «25 de Abril» em relação ao ano 1976.

Peço que me desculpem por ser um pouco atrasado.

Sem mais termino, agradecendo a vossa atenção. Cumprimentos.»

*José Albino Marques  
(Alemanha)*

**Esperamos que a «25 de Abril» continue a interessar-lhe e a ser-lhe útil, a si e aos outros camaradas emigrantes. Se puder, diga-nos como deseja a Revista.**

## «RECEBER DIRECTAMENTE COM REGULARIDADE A REVISTA...»

«Seria de maior satisfação e considero mui útil por esta Câmara, poder receber directamente com regularidade a Revista «25 de Abril», editada pela Secretaria de Estado da Emigração, por tratar e informar sobre assuntos vários do n/ País que interessam de modo especial à nossa Colónia portuguesa e particularmente aos filiados nesta Câmara.» (...)

*Câmara de Comércio  
Luso-Venezolana  
(Caracas, Venezuela)*

**Seguiram já pelo correio alguns números anteriores da nossa Revista e esperamos que eles possam ser úteis a essa Câmara e aos emigrantes portugueses que trabalham na Venezuela... As nossas saudações.**

## «PARA CONTINUAÇÃO DA ASSINATURA...»

«Acabo de enviar mais 25 marcos para a continuação da assinatura da revista. Devido às diversas oscilações que a mesma tem tido não sei em que situação me encontro; a minha primeira assinatura tinha sido por seis meses «meio ano», portanto pedia a vossa Ex.<sup>a</sup> que quando o dinheiro for entregue para se dignar ordenar que me fosse enviada a informação para assim ficar a saber quantos números já recebi e quantos tenho para receber.» (...).

*Luís Alves  
(Alemanha)*

**Começa agora um novo ano com o número 13 da Revista. Por isso, o pagamento do novo ano de assinatura deve ser considerado a partir de agora.**

## O PROBLEMA DO REGRESSO

A sua carta, Aníbal Neves, publicamo-la quase na íntegra, em «A carta do mês».

O problema do regresso que preocupa tantos emigrantes, como diz, só se poderá resolver a longo prazo... Entretanto, vocês aí, contribuem, em muito, para que a solução seja antecipada. E... contamos com a sua colaboração.





## PRIMEIRO GOVERNO CONSTITUCIONAL

Culminando a mais longa fase da vida política portuguesa dos últimos cinquenta anos, o 1.º Governo Constitucional apresentou para discussão na Assembleia da República o seu programa de actuação.

No extenso texto (o primeiro-ministro Mário Soares gastou cerca de três horas na sua leitura perante os depu-

tados no hemiciclo de S. Bento), são apresentadas ao País as linhas que nortearão a futura acção governativa, tendo sido sublinhado o facto de que é a primeira vez que em Portugal um governo se apresenta, no início da sua actividade, com um programa tão completo e detalhado, que representa aliás um compromisso formal perante a Assembleia e perante o País. Das

considerações finais do programa salientamos:

«(...) Em princípio, um governo que entra não pode ter o conhecimento detalhado dos «dossiers», deixados pela Administração anterior, por maior que seja o desejável intercâmbio de ideias entre Governo e Oposição. Por outro lado, aprovado o Orçamento Geral do Estado, até ao fim de cada ano económico, esse quadro condiciona decisivamente as políticas sectoriais a empreender e as opções dos diferentes Ministérios. Assim, cada novo governo, por melhores intenções que traga de inovação, ficará sempre balizado pelo Orçamento e ainda pelo Plano — ou melhor pelos Planos, anual, quadrienal e a longo prazo — uma



vez que estes venham a ser aprovados pela Assembleia, como a Constituição impõe. É certo que na economia do texto constitucional está implícita a ideia de Governo de legislatura, portanto com uma existência desejada de quatro anos, salvo acidentes de percurso sempre imprevisíveis. Foi nessa perspectiva que o Governo elaborou o seu programa, embora condicionado — como disse — pelo Orçamento em execução, herdado do VI Governo Provisório, e pela inexistência de Planos aprovados pela Assembleia da República.

Quer isto dizer que o programa ora apresentado é um texto necessariamente conjuntural, do qual o Orçamento Geral do Estado para 1977, que será integrado no Plano relativo ao mesmo ano, introduzirá correcções e ajustamentos inevitáveis. É principalmente previsível, desde já, que será feito um escalonamento mais rigoroso das grandes prioridades nacionais. Não é possível realizar tudo ao mesmo tempo e dada a actual escassez dos recursos financeiros do país, torna-se imprescindível distinguir, com o máximo rigor, o que é possível realizar de facto imediatamente, daquilo que terá que continuar sendo, pela força das coisas, mera aspiração insatisfeita. Um programa de Governo terá que ser cada vez mais o contrário de um catálogo de boas e generosas intenções irrealizáveis.»

«(...) Importará ainda chamar a atenção para o facto de que um programa de Governo — qualquer que seja — representa apenas um compromisso político expresso num texto base. É ao Governo que incumbe dar-lhe vida e traduzi-lo na realidade da vida corrente. Mas não se pode esperar dum Governo que faça milagres. Estes haverão de resultar da determinação e do esforço do Povo Português, com cujo bom senso se conta à partida e cujo apoio e compreensão, constantes, serão decisivos.

O Governo afirma-se disposto a governar mesmo, com rigor e firmeza, norteado tão só pelo interesse colectivo e comprometido numa política de salvação nacional que transcende em muito considerações partidárias. Assumirá as suas responsabilidades, sem hesitações, mas apenas e enquanto o país assim o entender. O Povo é o supremo juiz e a ele compete a última e decisiva palavra.»

Tendo-se prolongado por 5 sessões, o debate em torno do Programa proporcionou aos deputados dos diversos sectores políticos a atenção para os seus pontos mais importantes, tendo-se o Governo comprometido, quando da sua apresentação, a tomar em linha de conta todas as sugestões e críticas. Este propósito foi aliás reafirmado no final do debate pelo primeiro-ministro, que acrescentou:

**«O Governo constituirá uma equipa de trabalho, coordenada pelo ministro sem pasta Jorge Campinos, que irá estudar todo esse imenso manancial carreado por todos os senhores deputados e fazer a listagem daquilo que há que integrar no nosso plano, e assim se respeitará a promessa que fiz no início dos debates.»**

Muito embora durante estes debates se tenham registado algumas tomadas de posição, bastante severas em relação a alguns pontos do Programa, o Governo acabou por merecer da Assembleia um largo consenso de aceitação, tendo já obtido autorização para legislar no período das férias parlamentares, até 6 de Outubro próximo.

## SAÚDE E ASSISTÊNCIA

A Fundação Gulbenkian atribuiu diversos subsídios a instituições de Saúde e Assistência:

— Aos Hospitais da Universidade de Coimbra, um subsídio de 7500 contos para auxiliar a instalação de *unidades de cuidados intensivos* para cardíacos graves e para doentes operados ao coração e compra de equipamento especializado;

— Aos Hospitais Cívicos de Lisboa, 700 contos para compra dum retinógrafo, instrumento destinado ao estudo do fundo dos olhos;

— Ao Núcleo do Centro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (Coimbra), 1800 contos para a compra de equipamento indispensável ao centro de recuperação de crianças atingidas por paralisia cerebral;

— À Residência dos Velhinhos das Irmãzinhas dos Pobres, de Campolide (Lisboa), 1700 contos para um piso da residência.

## notícias breves

### MAIORES COLHEITAS

*Os técnicos do Instituto Nacional de Estatística, prevêem para este ano um rendimento da ordem dos 1700 kg por hectare, para a colheita do trigo. Isto representa um aumento em ordem ao ano passado (1418 kg por hectare) e também ao ano de 1971, que teve o rendimento máximo: 1560 kg por hectare.*

*Em relação a outras colheitas, em comparação com o ano anterior, prevêem-se acréscimos de 5% para o centeio, de 10% para a cevada, de 26% para a aveia, de 8% para a fava e 14% para o grão-de-bico. Somente se prevê que haja uma quebra de 22%, no arroz.*

### ASSEGARAR A IGUALDADE

*O código penal sofreu alterações destinadas a assegurar a igualdade de tratamento de indivíduos de ambos os sexos, eliminando formas privilegiadas de tratamento do marido relativamente a certos crimes. As alterações produziram-se por força de um recente diploma emanado do Ministério da Justiça.*

### FALAR PORTUGUÊS

*O português passou a ser uma das três línguas oficialmente faladas (ao lado do inglês e do francês) na O.U.A. (Organização da Unidade Africana). Na última reunião «cimeira» desta organização todos os delegados das nossas ex-colónias expressaram-se em língua portuguesa, sendo o primeiro a fazê-lo o primeiro-ministro angolano Lopo de*



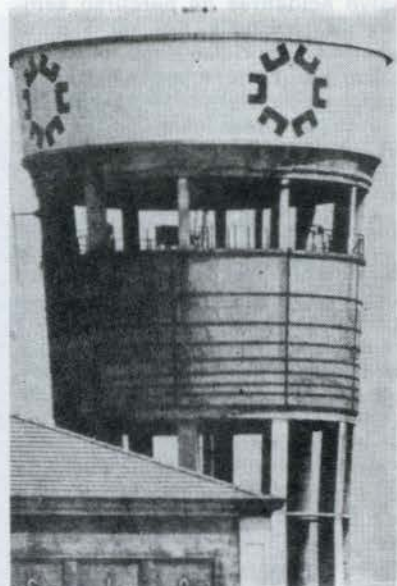
## INVESTIMENTOS E COMPRAS

Apesar dos novos investimentos estrangeiros no nosso país terem diminuído 424 milhões em 1975 (eram de 1500 milhões de contos em 1974), eles continuam a fazer-se em várias empresas. Assim a Secretaria de Estado da Indústria Portuguesa aprovou mais 3 contratos de financiamento negociados pela C. N. P. (Companhia Nacional de Petroquímica) com bancos franceses e um consórcio germano-luxemburguês, destinados ao complexo de Sines.

Também a C. U. F., ao abrigo da ajuda de urgência concedida pelo Conselho da Europa, vai celebrar um contrato com o B. E. I. (Banco Europeu de Investimentos) destinado a possibilitar um finan-

ciamento de cerca de 650 000 contos. Este empréstimo que se integra num plano de investimentos da ordem dos 2 milhões e 213 mil contos, a realizar nos próximos 5 anos, destina-se a reforçar os investimentos relativos ao aproveitamento das cinzas das pirites, à metalúrgica de cobre e à infra-estruturas correspondentes.

Em contrapartida, apesar das muitas promessas de auxílio vindas de vários lados, o grande auxílio — a compra dos nossos produtos e as facilidades para produzirmos mais e melhor — ainda não chegou. Os números são bem claros: Em 1975 os Estados Unidos compraram-nos menos 38 % do que em 1974, o grupo dos



«Também a C.U.F. vai celebrar um contrato com o B.E.I....»

Nove (Mercado Comum) menos 11,7 %, o grupo da EFTA menos 10 % e o Canadá menos 23 %.



## DIREITO À HABITAÇÃO

O direito à habitação foi defendido pelo juiz do 11.º Juízo Cível, a pedido do dr. Baptista de Carvalho, conhecido advogado que corajosamente se tem batido contra as disposições injustas tomadas relativamente às ocupações de casas. O facto deu-se na rua José Falcão (Lisboa), quando oficiais da Justiça, polícias armados e um enorme camião ali se encontravam para dar cumprimento a uma acção de despejo contra os moradores dum primeiro andar: uma viúva 66 anos doente, que, sem recursos para sobreviver, tinha mais hóspedes (estudantes pobres e sem casa) do que a lei consente.

Ao abrigo do artigo 1111.º do Código Civil e com o apoio dos artigos 65.º, 68.º, 69.º e 72.º da Constituição que garantem o direito à habitação, o advogado requereu ao juiz do 11.º Juízo Cível que suspendesse a acção de despejo que decretara. O juiz, pelo telefone, deu de facto essa ordem ao oficial de diligências, zelando assim pelo cumprimento da Constituição.

Em colaboração com comissões de moradores e de trabalhadores, a Associação dos Inquilinos Lisbonenses iniciou uma campanha de abaixo-assinados, exigindo o cumprimento do artigo 65.º da Constituição da República Portu-



guesa, que consagra o direito de todos os portugueses a uma «habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar».

O dirigente da Associação dos Inquilinos Lisbonenses, dr. Roque Laia, em conferência de Imprensa, depois de defender o direito da ocupação de casas, afirmou que «mais de 500 000 famílias vivem nas piores condições, em casas degradadas, em «ilhas» e bairros de lata, em quartos e partes de casa», e que «cerca de 3 milhões de pessoas viviam em casas sem electricidade, 4 milhões e 500 mil não tinham água e perto de 6 milhões não tinham casa de banho».

Neste momento, já transitaram por ela cerca de 80 milhões de veículos, verificando-se aumento constante do trânsito de ano para ano. As receitas das portagens

atingiram, até ao fim do ano passado, a quantia de 1 543 023 contos, enquanto os gastos de conservação e manutenção foram 21 607 contos. Segundo os cálculos do «Gabinete da Ponte sobre o Tejo» prevê-se que o seu custo total esteja completamente pago antes de expirar o prazo originalmente previsto.

A ponte sobre o Tejo foi construída à semelhança da famosa ponte de São Francisco, a «Golden Gate». Situa-se a 70 metros do nível das águas o que permite a passagem dos maiores navios do mundo. Possui a maior viga contínua do mundo e a fundação mais profunda. O tabuleiro destinado ao sistema ferroviário está projectado para ser construído sob a via rodoviária, ou seja no interior da viga de rigidez, sem no entanto a sua construção interromper a circulação rodoviária do tabuleiro de cima.

## INDUSTRIA NAVAL



Acabaram recentemente as conversações entre um grupo de personalidades árabes membros do consórcio da ASRY (proprietário do estaleiro em construção no BARÉM) e a administração da Lisnave, que tem a responsabilidade técnica exclusiva do esta-

leiro. Este estaleiro que estará operacional na segunda metade de 1977, forneceu a Portugal perto de 1 milhão de contos (35 milhões de dólares), com os estaleiros de S. Jacinto (6 rebocadores), e com a Lisnave. Segundo a Anop o valor das unidades da marinha mercante

## notícias breves

*Nascimento. O Português é actualmente a língua oficial de 5 países africanos — Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, o que equivale a dizer que falam o português cerca de 16 milhões de africanos.*

### BRIGADA MISTA

*Iniciaram-se os contactos entre a 2.ª Divisão do Estado-Maior do Exército e as delegações militares dos Estados Unidos e da República Federal da Alemanha, que se deslocaram a Portugal a convite do Governo português. As delegações estão a efectuar um «trabalho de equipa» a fim de estruturar a Brigada Mista Independente da NATO que ficará estacionada em S. Margarida, e será formada por efectivos portugueses, compreendendo tanques, blindados, infantaria e artilharia.*

### LIMITADAS AS SAÍDAS DE TURISTAS

*Para que se não torne mais grave o saldo negativo da balança de pagamentos externos, o Ministério das Finanças reduziu substancialmente os gastos possíveis a fazer pelos turistas portugueses no estrangeiro.*

*Os limites para gastos turísticos passaram a ser os seguintes:*

*Pessoas de idade para cima de 18 anos 7000\$00 (sete mil escudos).*

*Pessoas de idade entre os 18 anos e os 12 anos 4000\$00 (quatro mil escudos).*

*Pessoas com menos de 12 anos 2000\$00 (dois mil escudos).*



actualmente em construção nos estaleiros portugueses sobe a 2 milhões de contos. Entre os navios que se destinam à Noruega, Suécia, Barém e Líbia figuram dois navios-tanques para produtos químicos, 12 rebocadores, 2 corpos de proa para petroleiros, a fazer nos estaleiros de VIANA DO CASTELO, S. JACINTO (Aveiro), MONDEGO (Figueira da Foz), PARRY E SON (Cacilhas-Almada), ARGIBAY (Alverca) e LISNAVE (Cacilhas).

Também com a Polónia se assinaram contratos para a construção de 3 cascos de navios mercantes nos estaleiros do ALFEITE, no valor de 300 mil contos, e para o fornecimento de uma ponte rolante a construir pela MAGUE (orçada em 32 mil contos).

Para uma empresa armadora italiana os estaleiros navais de VIANA

DO CASTELO vão construir 2 navios que se destinam ao transporte de camiões, atrelados e contentores, no valor de 650 mil contos.

## EX-MILITARES DESEMPREGADOS

A Coordenadora Nacional da Associação dos Ex-Militares Desempregados, numa conferência de Imprensa no Porto, esclareceu a população em geral sobre a sua luta, que é, prioritariamente, o direito ao emprego e o caderno reivindicativo apresentado ao Governo.

No sentido da sua reabilitação, os militares têm desenvolvido uma

luta dramática, pois as questões continuam por resolver, afectando a sua vida económica e até psicológica, não lhe deixando margem para esperanças.

Como as negociações propostas às entidades governamentais não tiveram resposta, a situação agravou-se, dia a dia, para muitos deles.

A A. E. M. D. (Associação dos Ex-Militares Desempregados) nasceu, em Setembro do ano passado, da necessidade sentida pelos ex-militares desempregados (cerca de 50 mil) de se unirem e lutarem pela conquista dos direitos sociais e materiais inscritos na Constituição, ou seja: direito ao trabalho, assistência material dos que se encontram desempregados, etc. Neste momento, a Associação que foi lançada por ex-militares, de Braga e Bragança, está implantada a nível nacional.

## NOVO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

João Alfredo Félix Vieira Lima, o actual Secretário de Estado da Emigração, nasceu em 23 de Maio de 1940, em Viseu, onde fez os seus estudos secundários. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, passou a exercer advocacia na sua terra natal até 1975, data em que, devido aos acontecimentos de 25 de Abril, abandonou a sua profissão para se dedicar à vida política.

As suas actividades políticas datam de 1958, altura em que participou activamente na campanha do General Humberto Delgado.

Tendo participado na crise académica de 1962 em Coimbra, veio a colaborar em todas as acções da Oposição Democrática, sendo membro fundador da Acção Socialista Portuguesa, donde transitou para o Partido Socialista.

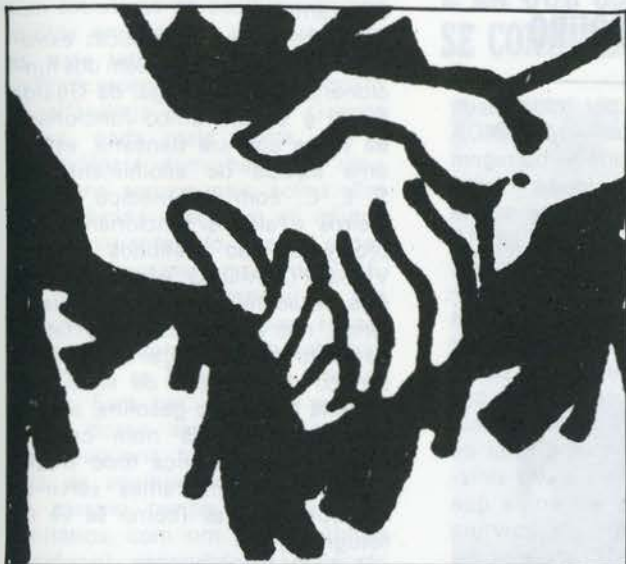
Candidato a Deputado pelo Círculo de Viseu, foi eleito para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1975, ali tendo desenvolvido intensa actividade. Em Outubro do mesmo ano deixa estas funções para se ocupar do cargo de Chefe de Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, que



desempenhou até à sua designação para Secretário de Estado da Emigração do 1.º Governo Constitucional.



# O ACOLHIMENTO NAS FRONTEIRAS



*A revista «25 de Abril», através dum seu redactor, esteve presente nas fronteiras, no serviço de acolhimento aos emigrantes que vieram passar as suas férias no País.*

*Durante mais de uma semana, vimos, contactámos, ouvimos os emigrantes que chegavam ou que partiam. E trocámos também impressões com muitos daqueles que estão em contacto directo com os emigrantes, logo à entrada do País.*

*As páginas que se seguem são apenas uma abordagem da situação vivida e dos problemas que se levantam.*

*Guardamos para os números seguintes algumas outras entrevistas e comentários a questões mais concretas, como sejam — os filhos dos emigrantes aqui em Portugal, aldeias de forte emigração, aspectos de informação e outros...*

Para se fazer uma pequena ideia da barafunda, apresentamos alguns números de pessoas e veículos entrados, nos primeiros dias.

## NA FERROVIA (estação da C. P.)

Nos últimos dias de Julho (de 28 a 31) entraram além dos 6 comboios diários (normais) mais 23 comboios especiais, 7 dos quais sem serem esperados. Sábado (31), chegaram mais de 10. Pode-se calcular a quantidade de pessoas entradas, por este número: 1178 pessoas num comboio super-lotado. Se atendermos à média de mil pessoas por comboio, temos em números redondos, 23 mil pessoas entradas de comboio. E devemos acrescentar que, no total, os comboios normais e especiais (à volta de 60), foram 150, nesta fase de acolhimento (de 28 de Julho a 9 de Agosto).

## VILAR FORMOSO

Vilar Formoso é sem dúvida a fronteira de maior movimento, mesmo no que diz respeito à entrada de emigrantes. Mas, nestes dias de fins de Julho e nos primeiros de Agosto, todas as suas estruturas (poucas, deficientes amontoadas), rebentam pelas cos-

turas. Os comboios, os automóveis, os autocarros, os camiões sucedem-se: *é impossível acolher alguém.* Apenas é possível o gesto de os deixar passar: carimbo no passaporte, registo da matrícula e entrega de bastantes papéis. Foram entregues, nos primeiros dias, em cada carro para cima de 10 papéis diferentes, o que levou alguns emigrantes a afirmar: *«dizem que não há dinheiro, mas para papéis, há».*





## NA RODOVIA (entrada por estrada)

Aquí a confusão da entrada é ainda maior, uma vez que os carros e autocarros avançam constantemente, de tal modo que se tornou impossível fechar a fronteira, durante algumas noites. Segundo nos foi informado a fronteira esteve aberta 87 horas seguidas, ou seja, mesmo durante as noites de sábado para domingo (1 de Agosto) e de domingo para segunda-feira. Pelas fotografias poderá o leitor comprovar um pouco o que foram esse dias. Em números, temos:

— 370 autocarros entrados (até 3 de Agosto, à tarde). Cada autocarro transporta à roda de 60 passageiros.

— Automóveis entrados: quase 17 mil (até 3 de Agosto). Só no domingo entraram uns 10 000 automóveis.

Simplemente, depois de apresentarmos estes números, é importante acrescentar que, quanto a *estruturas de apoio e de acolhimento*, na entrada, os emigrantes pouco encontraram.

A Secretaria de Estado da Emigração manteve durante 13 dias equipas permanentes neste serviço de fronteiras, compostas de médicos, enfermeiras, e outros funcionários. Possui uma pequena casa pré-fabricada junto da estação da C. P., onde está instalado o posto de socorros e se prestam informações aos emigrantes que chegam pelo caminho de ferro, e na Alfândega uma pequena vala que foi cedida e serve ao mesmo tempo para o Inspector e equipas e para o médico, e onde, os remédios estão amontoados no parapeito das janelas. Entretanto, há 7 ou 8 dependências bancárias, que terão trocado à roda de 400 mil contos

(sobretudo em francos e marcos), alguns restaurantes e bares. Em seguida, a estrada de ligação à Guarda, com bastantes curvas, a pedir uma urgente reparação e rectificação.

Este ano estiveram também presentes a CAIXA DOS TRABALHADORES com equipas de acolhimento e informação e a CAIXA NACIONAL DE PENSÕES.

## MIRANDA DO DOURO

De passagem e por curiosidade fomos a esta fronteira — MIRANDA DE DOURO — situada na barragem do Douro, na mesma cidade. A fronteira estava, provisoriamente, aberta desde o dia 1 de Agosto, até 15 de Setembro, e segundo consta, poderá ficar aberta, permanentemente, se as entradas e saídas o justificarem. O que parece vir realmente a confirmar-se pelos números que obtivemos: nos primeiros 4 dias (de Agosto) tinham já passado na fronteira à roda de 1500 pessoas, número muito satisfatório, se tivermos em conta que a informação acerca da abertura da fronteira foi dada tardiamente, não tendo chegado à maioria dos emigrantes.

## QUINTANILHA

A fronteira de Quintanilha situa-se a 30 km de Bragança e

a 5 km da povoação que tem o mesmo nome. É um sítio repoussante, com um rio a fazer de fronteira.

Este ano, pelos números colhidos, foi muito mais procurada pelos emigrantes. Assim, a entrada que se tinha estimado em 15 mil ultrapassou de longe estes números, pois em 8 de Agosto já tinham passado mais de 38 mil quase 5000 automóveis e quase 200 autocarros.

Também aqui há poucas *estruturas de acolhimento*. Além dos funcionários da Alfândega, da Guarda Fiscal e de um único funcionário da única agência bancária, esteve uma equipa de acolhimento da S. E. E., com um médico, enfermeiros e alguns funcionários. Os problemas são idênticos aos de VILAR FORMOSO: não existe uma sala de acolhimento, não há sanitários, não há parques de estacionamento para autocarros, não há serviço de remoção de lixo, não há uma bomba de gasolina, a água vem de Bragança num camião, onde o depósito fica todo o dia, podendo os emigrantes servir-se das suas 3 bicas (como se vê na fotografia).

Um café-restaurant, um pouco mais acima é a possibilidade de descanso que se oferece aos emigrantes que chegam ao país depois de 30, 40, 50 horas de viagem e condução. Pode dizer-se que a fronteira é apenas um ponto *obrigatório* de passagem e quase nada mais.



QUINTANILHA: «Também aqui há poucas estruturas de acolhimento... Os problemas são idênticos aos de Vilar Formoso»



## VILA VERDE DA RAIÁ

Perto de Chaves, a 12 km, fica a fronteira de VILA VERDE DA RAIÁ, que também se encontra sem estruturas de acolhimento aos muitos emigrantes, que procuram as suas terras, por aquele lugar.

Praticamente para além do posto de alfândega e posto de Guarda Fiscal, nada mais existe que a dependência dum banco e uma «pequena tasca» mais acima. Em contrapartida chegaram ali muitos mais emigrantes do que se esperava. E à pequena equipa da S.E.E. (3 pessoas) foi impossível dar resposta a tantas pessoas, apesar da sua boa vontade e de trabalharem desde as 7 da manhã à meia-noite. Sem bar, sem um restaurante, quase sem água, apenas uma pequena torneira, sem uma sala de acolhimento que tivesse, ao mesmo tempo, uns serviços sanitários, com um posto público (telefone) escondido a mais de 500 metros, esta fronteira de VILA VERDE DA RAIÁ, é daquelas que precisa uma *transformação urgente*. É isso que exigem os milhares de emigrantes que por ela entram: mais de 100 mil pessoas, na sua maioria emigrantes, quando se esperavam 10 mil, apenas.

Só no domingo (dia 1 de Agosto) entraram 26 mil pessoas e quase 5 mil automóveis. Os autocarros foram 45, no total, nesta primeira fase do serviço. Pode-se pois perguntar: justifica-se, com esta avalanche, o preenchimento das fichas? Não bastará carimbar o passaporte, e registar a matrícula do carro?

E quando será realizado o projecto de restaurante (a que se poderão acrescentar alguns quartos), apresentado pelo banco?

Quanto à fronteira do CAIA, soubemos que registou mais de 20 mil pessoas entradas, emigrantes na sua grande maioria.

Depois desta pequena nota introdutória em que se descreve o

panorama geral do acolhimento feito nas fronteiras, damos agora a palavra aos emigrantes, e aos que (nas fronteiras) trabalharam neste serviço de acolhimento: funcionários da Alfândega, da S.E.E., dos bancos, da Guarda Fiscal, e outros...



## «HA MUITAS EQUIPAS DE EMIGRANTES... É LÁ QUE OS PORTUGUESES PRATICAMENTE SE CONHECEM...»



— Está há muitos anos, lá fora, como emigrante?

— Há 3 anos, no Luxemburgo. Actualmente trabalho na pintura. Estou sozinho. Nesta viagem demorámos 2 dias. Venho passar o mês de férias: Ir um bocado para a praia, ver a família. Enfim, gozar um pouco que bem preciso...

— O seu trabalho, lá, é muito duro?

— Não; o meu não é muito duro. É um bocado leve, até. É na pintura. Há lá serviço muito duro, de facto, muito duro. A maior parte dos emigrantes está nos serviços duros.

— Encontram-se lá, os portugueses, nalguma Associação?

— Lá encontram-se, só nisto do futebol. Há lá muitas equipas de emigrantes, e é lá que os portugueses praticamente se conhecem uns aos outros.

— E pela informação que

tem, que lhe parece da evolução de Portugal?

— Isso agora não lhe sei explicar porque... mas agora vou ver. De momento não lhe sei dizer.

**No banco de trás, outro emigrante também no Luxemburgo com a filhinha ao colo, disse:**

— Emigrei porque ganhávamos pouco aqui, claro... fui obrigado a sair. Trabalhava em Coimbra na cidade, era «maçon» (pedreiro). Estou lá vai para 3 anos e sou também «maçon», na construção. Temos vários camaradas: temos jugoslavos, italianos e espanhóis. Claro, não são maus, vá. A minha mulher trabalha numa casa de limpezas, 8 horas por dia, portanto 40 horas por semana. O nosso ordenado é razoável, ganhamos mais ou menos. Venho a Portugal passar este mês, ver a família... ir até à praia, dar uns passeios





junto com a família... e tornamos a regressar...

**— Têm lá muita informação de Portugal?**

— Eu por sinal, comprei um rádio e claro tenho ouvido o noticiário, quase todos os dias. Gosto dele. Todos os dias ligo. Quanto à revista não nos chega lá... Nunca a vi.

*Conversa com emigrantes do Luxemburgo, que chegam, de carro, a Vilar Formoso.*

**«EU FUI LUTAR PELA VIDA»**

— Trabalho no 60, no OISE; a cidade mais importante é Campiegné. Sou «maçon». Trabalho na construção civil. Tenho 29 anos. Aquilo lá é bom, é melhor que Portugal... ganha-se mais. Antes de ir para a tropa tinha emprego, depois saí e como os meus colegas todos iam para a França, eu fui lutar pela vida, que lá ganha-se mais que aqui.

Estão lá colegas da minha terra; uns trabalham nas «usinas», outros na construção civil, depende... Venho um mês de férias, a passear, gozar...

*António, de Vila Real, a trabalhar em França.*

**«TENHO 12 ANOS... ANDO EM FRANÇA HÁ 8 ANOS...»**

— Tenho 12 anos... Chamo-me Carlos e sou de Boavista, ao pé de Leiria. Vou fazer a 4.ª classe. Há pessoas que ensinam o português, mas eu vou às francesas. Não tenho professor português. Só aprendo o francês...»

**— Mas tu falas bem português, ainda!...**

— Ando em França há 8 anos.

Venho cá ver os avós... Ir até às praias. Lá pratico ciclismo. Do futebol, não me interessa.

**«TENTAMOS CONHECER O QUE FOSSE POSSÍVEL...»**

**— Sei que vocês estiveram lá um mês em França, que foram estar com os vossos pais que são cá de Castelo Branco; contem-nos como é que viveram lá este mês, as vossas impressões...**

— Foi um mês que passeámos, como turistas, embora a gente sozinhos... Os pais trabalham, mas nós tentámos conhecer o que fosse possível, o que estivesse ao nosso alcance.

A minha mãe trabalha em «menage», o meu pai trabalha em «batiment» (na construção). Cá trabalhava na agricultura, para ele... Eles emigraram, as possibilidades económicas eram poucas, o país vivia em dificuldades. Foi obrigado a emigrar, o meu pai, em princípio. Já é emigrante, se não estou em erro, há 12 anos... Ele gostava de vir, mas não sei, tem a gente a estudar; eu fiz o 7.º ano (o irmão o 1.º). Da nossa terra há lá muitos emigrantes, ali da região de Castelo Branco.

*José Manuel (18 anos) e Luís Miguel (11 anos).*

**«TEMOS QUE DAR APOIO AO EMIGRANTE, PORQUE ELE ESTÁ A CONSTRUIR UM PAÍS NOVO...»**

**— Gostava de saber as vossas impressões sobre esta entrada... Vocês, que estão cá ao serviço do Banco e ao serviço dos emigrantes, que pensam disto?**

— O emigrante devia ter mais um bocadinho de apoio. Tem, já alguém... mas devia ter mais, no aspectos de *sanitários* que não existem cá, eles andam aí pelos montes; a *água*, já se resolveu em parte o problema com uma torneira que se colocou só este ano... porque tem sido horrível nos anos

anteriores, é claro. Temos que dar um apoio ao emigrante porque *ele está a construir um país novo que desejamos*, com a vinda dos francos, dos marcos... E eles agora estão todos confiantes, no novo Governo... Vamos lá a ver... Eles vêm todos confiantes. Nos governos anteriores, eles estavam apreensivos, não mandavam franco nenhum... Só cambiavam o necessário para passar as férias. Agora, já cambem bastante dinheiro mesmo.

Que a terra não tem o mínimo de estruturas, isso é uma grande verdade...

Pois bem até havia de haver, inclusivé, umas pessoas do Secretariado da Emigração destacadas para estar junto deles, porque se sabe que esses senhores que têm ali uma barraca na estação, e em milhares que chegam, podem atender dezenas deles... Isso é uma minoria.

E nós que estamos aqui na fronteira... por vezes vemos pessoas aflitas, que se baixam do carro e têm que ir a correr para aqui e para além... inclusivé têm-se servido dos nossos serviços sanitários (do Banco), nós temos dado água a quantas crianças vão lá...

No fundo o trabalho deles (da S.E.E.) é quase diminuto. Verifico que os funcionários não desempenham as funções necessárias junto do emigrante.

Um novo aspecto que eu queria focar: Já está em plano, o projecto duma estrada *Vilar Formoso-Aveiro*. Pois nós se verificarmos os acidentes que há, é devido por vezes à má estrada que tem, logo à saída de Vilar Formoso: uma estrada horrível, com curvas, contracurvas... Isso é que era necessário: as autoridades competentes virem aqui nestes dias de maior tráfego, intenso, verificarem logo a necessidade desta estrada para des congestionar todo o trânsito; porque não tem as mínimas condições a estrada *Vilar Formoso-Guarda*. Era essencial a construção imediata dessa estrada.

Portanto: *os sanitários, a recepção-acolhimento, e a estrada...*

Há um outro problema aqui: antigamente havia um *telefone*





público, no SNI, esse telefone desapareceu e portanto é de necessidade urgentíssima montarem novamente, porque há aí um particular, vá... que deixa telefonar as pessoas...

Havia 2 telefones montados no Turismo existente aqui, e não sei porque motivo foram arrancados de cá... Hoje (3 de Agosto) estão todos avariados. Isto é o caos. A Central Telefónica já está sobrecarregada... e para se conseguir uma chamada para qualquer lado é um martírio. Dantes era: não vá, telefone... Agora é: vá, não telefone... Muitas vezes temos de ir a Fuentes de Oñoro para telefonar...

Nestes dias em que é imprescindível uma *Brigada de Polícia* aí pelas estradas para orientar o trânsito, não se vê nenhuma polícia de trânsito... Isso é que era também necessário olhar para esse problema.

*Depoimentos de empregados bancários, das agências de Vilar Formoso.*

### **«ESTAMOS DESERTOS PARA VIRAR AS COSTAS A FRANÇA E PARA VIRMOS PARA O NOSSO PAÍS...»**

— Sou de Pombal, estou em Paris e venho visitar a família, que tenho muitas saudades. Além disso a vida do emigrante como nós sabemos é uma vida com sacrifício... Nós temos de nos levantar de manhã cedo, por volta das 5 e meia... E além disso para ganhar a vida, eu trabalho em 2 patrões por dia, à noite venho e ainda vou então trabalhar na «menage», para ver se se ganha alguma coisa, para vir amanhã viver em Portugal mais tranquilo e ganhar para a velhice. A vida é cheia de dificuldades...

No primeiro patrão trabalho na montagem de camiões. No entanto é muito duro. Para ganhar alguma coisa, temos de nos sujeitar ao duro... Sim, estão muitos portugueses a trabalhar lá. Numa fábrica, uma média de 50 e tal portugueses. Todos se dão bem, há boa camaradagem. Nós reclamamos,

pagam muito baixinho, não é... nós ganhamos ao mês, aí 2500 francos. Trabalhamos por dia 8 horas e obrigam-nos a trabalhar mais 3 horas e então se a gente não faz mais 3 horas por dia, o chefe fica aborrecido com a gente e está sujeito, numa altura qualquer a por-nos à porta. Quer-se dizer, é uma coisa obrigatória... Estou há dez anos a trabalhar em França, fui para França porque precisava. Quero dizer, que eu tenho meios, terrenos, mas que não dava, os gados não davam; via a vida com bastante sacrifício e fui procurar outros meios para melhorar a minha vida; aonde eu hoje encontro-me a viver bem. Com sacrifício, hoje alcancei comprar uma casa na cidade, em Coimbra, onde espero tirar o meu rendimento para a minha velhice.

### **— Recebem muita informação de Portugal? Qual é a vossa impressão, lá do país?**

— Temos a impressão de haver qualquer dificuldade, barulho, e a gente desejava que isto corresse bem porque estamos desertos para virar as costas a França e para virmos para o nosso país. Bem, muitos portugueses falam nisso: voltar para o nosso país e para deixar a França. Nós depois vivemos nas nossas casas e temos outras dificuldades que não temos em França, e outro melhor viver. Lá tudo come das suas comidas que são feitas em Portugal, pois somos mesmo habituados a elas e é claro habituados à comida de França não nos sabe bem...

E então nós é isto que ouvimos cá do nosso continente português. Esperamos que isto corra bem, para numa altura qualquer deixamos a França e voltar...

Neste mês vou ver os meus problemas da minha vida... Se eu vir que está tudo mais ou menos na norma, repouso um bocadinho, bem preciso, junto com a minha família...

Isto é uma vida muito escrava em França e agora como há crise de trabalho, os patrões querem é que o pessoal se despeça, saia... Porque estão fartos, cheios, e então já não ligam tanto ao operário, como ligavam antigamente. Que-

rem ver se pegam por uma coisinha qualquer para pôr o emigrante a andar. E põem grandes impostos obrigatórios a pagar, e impostos que são duros, heim!... Mais ou menos estão a abranger a fêria de 2 meses... Isso é duro. Então a gente deseja é vir para o nosso continente. Muitos, muitos camaradas pensam assim. Estão desejando vir para o nosso país... Mesmo aí há coisa de alguns meses para cá tem vindo muito emigrante embora — aborrece-se com falta de trabalho...

*Emigrante de Degracias (Soure, Coimbra).*

### **«VERIFICA-SE UM MAIOR AFLUXO DE INDIVÍDUOS»**

— Aparecem de vez em quando uns casos: feridas que é preciso desinfetar ou então proceder à sutura, aparecem por vezes crianças com anginas, alterações do tubo digestivo, doenças próprias dos meios de transporte — o enjoo — enfim, felizmente, não tem havido casos graves. Não têm sido casos muito frequentes, embora na verdade, nestes fins de mês, não só este ano, como nos anos anteriores em que eu tenho estado cá também, verifica-se um maior afluxo de indivíduos e portanto uma maior incidência nestes casos.

Nota-se que eles sabem da existência deste serviço da S.E.E. porque estão informados lá no estrangeiro, pela rádio e talvez pela TV, também...

*Conversa com o médico, da eq. da S.E.E.*

### **«ACHO QUE É UMA VIDA MESMO FABULOSA»**

— Isto no Verão é fabuloso. Há um modo de vida diferente...





Porque Portugal também precisa dum pouquinho de ajuda... porque os retornados vieram já dar um bocado de prejuízo... Temos que consentir que venham também os emigrantes para darem também um bocado de alegria a isto... Então não dão alegria? E em muito, por exemplo: bastante dinheiro que podiam gastar lá onde estão, pois vêm gastá-lo cá dentro... e acho que é uma vida mesmo fabulosa. Nota-se muita diferença aqui nesta região, por exemplo, compram e levam recordações da terra, e muito trabalho e dinheiro que aqui deixam empastado...

Tenho bastantes pessoas da família, emigradas: uns tios, depois tenho meu pai e minha mãe, em Paris. Já cá vieram neste Verão. Noto-os um pouco melhor. Basta-se dizer que aqui a vida, antigamente, não se ganhava o suficiente para uma pessoa se manter. No entanto lá fora vai-se tirando alguma coisita melhor.

*Vitor Manuel, 20 anos, estação de serviços da B. P. de Vilar Formoso.*

### «UM SERVIÇO DE SAÚDE INTEGRADO NA REDE NACIONAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE»

— Estavas a dizer que, quando foi a primeira experiência de levar a revista a Irum, foi muito interessante...

— Foi interessante porque através da revista que nessa altura levámos com um certo receio, até, porque ainda não havia uma grande abertura para uma revista deste tipo... Com esse interesse contactava-se com as pessoas, eu, especialmente, como enfermeira, detectei muitos casos de emigrantes

que estavam doentes, enviei-os ao posto a que eles não acorriam porque tinham medo de qualquer coisa... Os funcionários da S.E.E. encontram assim muito mais emigrantes do que aqueles que vêm à cabina ou ao ghichet... Só acorem se têm tempo... a perguntar coisas...

Creio que as pessoas estão mais sensibilizadas aos aspectos da saúde e higiene. Na parte da Emigração, a SEE tem desempenhado muito bem esse campo, pois passando por Irum, lá dizem que há este serviço aqui e a maior parte que passa pela primeira vez, depois, se precisa, acorre; mesmo que tenham um problema mínimo acorre; Os cuidados de saúde aqui são muito variados. Nesta altura do Verão tem que se separar a *rodovia* (autocarros e carros) da *ferrovia*. São bastante diferentes porque são muito longos os percursos e com muitas crianças e portanto os problemas máximos que temos aqui são desidratações, de intestinos, insolação de bebés, más disposições e outras, anginas, gripes e acidentes por vezes... É aqui a primeira paragem em território nacional e vêm pedir socorros desses acidentes.

Na *ferrovia* (nos comboios) são problemas de pancadas, de quedas, muitas vezes de rixas que há na viagem porque bebem muito, aparecem de cabeça partida...

Creio que o *serviço de saúde* aqui não devia funcionar só na altura destes dias de acolhimento; devia funcionar sempre... Devia ser um serviço de saúde aqui montado e integrado na rede nacional de Serviço de Saúde. Nunca um serviço isolado.

*Margarida, enfermeira da equipa da S.E.E.*

### «A FRONTEIRA NÃO TEM AS INFRA-ESTRUTURAS INDISPENSÁVEIS...»

— A fronteira tem imenso movimento, especialmente na última semana de Julho e na primeira de Agosto, e acho que Vilar Formoso não oferece as condições neces-

sárias. Que é uma terra que devia merecer a atenção do país, de todas as pessoas competentes para os serviços fronteiriços, porque os emigrantes que trazem as suas remessas e que vêm prestar uma ajuda extraordinária nesta altura ao país, deviam ser bem acolhidos à entrada e a fronteira não tem as infra-estruturas indispensáveis: não há *assistência médica*, não há *sanitários*, falta água, os *serviços* às vezes ainda são *burocráticos*, de maneira que eles queixam-se. Acontece que os emigrantes chegam aqui e deparam com inúmeras dificuldades, queixam-se da falta de apoio, da falta de assistência, depois no regresso a mesma coisa. Eles gostariam de efectuar uma viagem em condições de eficiência... Muitas vezes precisam de telefonar, não há *telefones públicos*, precisam de utilizar as casas de banho também não encontram e outras muitas necessidades. De maneira que acho que Vilar Formoso devia ser uma terra a apoiar, pelos serviços centrais e que essa tarefa não devia incumbir directamente às pessoas que aqui vivem.

Mas quando se fala dos emigrantes há que pensar também nos turistas que sentem as mesmíssimas dificuldades...

Convinha evitar esta avalanche de problemas que todos os anos se acumulam; todos os anos se fala nisto, vêm cá pessoas, fazem-se entrevistas, muitas opiniões, mas o que é certo é que, neste momento, passou mais uma hora de passagem de emigrantes e ainda não se fez nada...

Se a fronteira fosse bem orientada evitavam-se essas coisas.

### — Quanto ao serviço bancário, que tens a dizer?

— O serviço dos bancos está razoavelmente bem organizado... até quando a alfândega está aberta se fazem serviços nocturnos para atender emigrantes...

Há dificuldades para adquirir divisas, à saída, mas isso é uma coisa que nos escapa...

— Tu és da região, conheces as aldeias... achas que a emigração trouxe benefícios, neste ponto?



— Creio que os emigrantes vieram melhorar imenso as condições de vida das aldeias. Quem conheceu muitas aldeias há 10, 15, ou 18 anos e vê o que são agora, apesar das muitas privações que ainda imperam, contudo, há uma melhoria notável, e essa melhoria, não cabe dúvida, que, deve-se aos emigrantes. Os emigrantes vêm fazer melhoramentos à terra: eles mandam arranjar caminhos, eles constroem casas, aparecem fontes e outros melhoramentos públicos que sem dúvida são obra deles... E mesmo eles, de certa maneira, vêm fazer aumentar o nível das pessoas com quem convivem na sua terra, porque fazem criar hábitos a que as pessoas não estavam habituados. Eles poderiam investir o seu dinheiro numa maneira melhor, isto é, em vez de fazerem a sua casinha... casas que não são habitadas durante o ano... Aí está um exemplo de mau investimento...

**— O banco poderia orientar os emigrantes, numa linha de investimento, em ordem ao desenvolvimento da sua terra?**

— Sim. Poderia e deveria. Não tem sido feito muito por condicionaisismos vários. É indiscutível que no ano transacto havia uma falta de confiança. Verificou-se, isto é uma experiência que não pode ser desmentida, porque é um facto provado, que houve emigrantes que chegaram às suas terras para passar férias com a sua família, e à entrada na fronteira trocaram o indispensável para as viagens e despesas decorrentes da sua estadia no país... E que tiveram a preocupação de levantar o dinheiro que tinham na banca e de o converter novamente em divisas e de

o levar para França ou para Alemanha... As remessas este ano aumentaram consideravelmente; os emigrantes trazem quantidades muito superiores às do ano passado e uma das razões que eles próprios apontam é a confiança que neste momento têm...

*José Augusto, empregado bancário, Vilar Formoso.*

**«UMA DELEGAÇÃO PERMANENTE...»**

— Claro está que o serviço de acolhimento é um serviço positivo. Estamos a acolher os emigrantes; temos resolvido não um problema, mas dezenas, centenas de problemas, no entanto notam-se falhas que já vêm de longe... Por exemplo um Inspector só, nesta fronteira, é um caso impossível de manter, dado que desde o dia 28 que nós aqui chegámos, à tarde, a primeira noite em que consegui dormir foi hoje. Nós temos tido, caso único, durante 2 dias e 2 noites, a fronteira aberta, de forma que passaram num dia 80 000 emigrantes, noutra dia passaram 75 000. Já temos quase 20 mil carros, sendo 9 mil num dia... Levaram 4 horas para fazer 100 km, alguns, tal era a bicha de carros nas estradas espanholas... chegam aqui cheios de problemas, desde o estado físico ao estado psíquico...

A equipa deu o máximo que poderia dar todos já estavam batidos, excepto um;... mas mesmo assim acabam as pessoas por se esgotar e já não dão aquela eficiência que seria necessária dar.

Este ano nós lutámos com uma coisa: a relutância do emigrante, em receber tanta informação que se dá aqui, na fronteira. Nós damos



da S.E.E., depois há a Caixa dos Trabalhadores Migrantes, a Caixa de Pensões, os guias turísticos (grutas, viagens) colégio, construtoras, bombeiros e por fim veio o P. S.

O emigrante chega aqui levemente desconfiado e hoje mais desconfiado que nunca... Para lá disso, temos tido montes de problemas de doenças que os enfermeiros e os médicos têm sido inexcedíveis e até problemas mais complicados... Por isso 2 inspectores, é o mínimo...

O problema da água que era gravíssimo. Este ano já temos 2 torneiras de água, que nos dão toda a água necessária para os emigrantes. Faltam-nos, e isso é primordial, o *parque de estacionamento* e uma *sala de espera*. Isso é primordial... Com 38 e 39 ao sol...

Precisamos duns bons *sanitários*, uma sala de espera e sobre a parte médica. Desta vez emprestaram-nos uma saleta que não tem condições para um penso grave, como tem aí passado gente... Temos os remédios nos parapeitos das janelas, não temos uma marquesa, aqui...

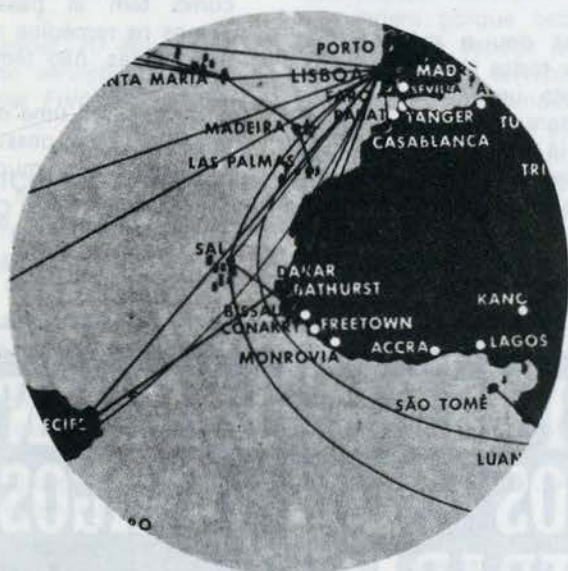
Eu via aqui uma *delegação permanente*, com pessoal adequado, que poderia ser mudado de 3 em 3 meses... Porque esta coisa de se vir 12, 13 dias é pouco...

*Depoimento de um Inspector, da S.E.E., em Vilar Formoso.*

**ESTA REVISTA É PARA OS EMIGRANTES  
APRESENTE-A AOS SEUS AMIGOS E  
CAMARADAS DE TRABALHO**



# PORTUGAL E O MUNDO



## AUXÍLIO DA C. E. E.

Com a assinatura, no Luxemburgo, de um terceiro contrato, são já conhecidos os destinos de 70 dos 150 milhões de unidades de conta (4 924 500 contos) oferecidos a Portugal pela Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), no quadro de «ajuda excepcional de urgência», sob a forma de créditos a longo prazo do Banco Europeu de Investimento (B.E.I.), com sede naquele país.

Esse terceiro empréstimo, no montante de 20 milhões de unidades de conta (656 600 contos), foi feito, por um período de 10 anos, à Companhia União Fabril (C.U.F.), destinando-se a financiar a construção duma fábrica de peletização, modernização da metalurgia de cobre e alargamento da rede dos serviços gerais (água, electricidade, etc.) — tudo isto no complexo industrial da empresa no Barreiro. A fábrica de peletização produzirá 34 000 toneladas anuais de peletos ferrosos, que serão utilizados pela Siderurgia Nacional, único produto de aço do país. As peletes serão fabricadas a partir de conzas de pirite, sub-produto que actualmente não é aproveitado pelas unidades de produção de ácido sulfúrico da C.U.F. O interesse económico do projecto reside, pois, na valorização de grande parte de recursos mineiros que, doutro modo, o não seriam.

Um membro da comissão administrativa da C.U.F. esclareceu que os 20 milhões de unidades de conta representam 40 por cento de um projecto da empresa da ordem dos 50 milhões de unidades de conta (1 649 500 contos), cuja concretização proporcionará uns 340 postos de trabalho. Acrescentou que os restantes 30 milhões



de unidades de conta (984 900 contos) serão conseguidos através dos meios próprios de financiamento e de um empréstimo a longo prazo a contrair na Caixa Geral de Depósitos.

«Porém, esse projecto — acentuou — é apenas uma pequena parte de um plano de investimentos da C.U.F. para o período de 1976-1981, que atinge um total de 9 milhões de contos. Foi apresentado ao governo em finais de Março, encontrando-se já apro-

vado parcialmente. Dele fazem parte, além do desenvolvimento das actividades actuais, novos empreendimentos no campo da química inorgânica (como produção de peletes de ferro e metalurgia de cobre e produção de ácido sulfúrico); na base dos adubos substituição e ampliação das unidades existentes, bem como outras actividades químicas na empresa e no país, na química orgânica e para-química.

Exame e estimativa das medidas para o reforço da solidarie-

dade económica e de colaboração entre os países não-alinhados e os outros países em via de desenvolvimento, com uma atenção especial para as seguintes questões:

Programa de Lima, sobre assistência mútua e solidariedade, comércio e política da assistência, economia e produção alimentar, colaboração sobre o plano financeiro e monetário, industrialização, ciência, tecnologia e utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

Empresas multinacionais e centro de informação sobre as mesmas, gestão das empresas do sector público, fundos de solidariedade para o desenvolvimento económico e social dos países não-alinhados, assistência para a reconstrução do Vietname, de Camboja e do Laos, auxílio aos países expostos a pressões económicas estrangeiras.

## V CONFERÊNCIA DOS PAISES NÃO ALINHADOS

Uma delegação portuguesa chefiada pelo major Vítor Alves (membro do Conselho da Revolução) representando o Presidente da República, participou em Colombo, capital do Sri Lanka, na V Conferência Cimeira dos Países Não-Alinhados.

Muito embora disfrutando apenas do estatuto de *observador*, o convite e a presença de Portugal na Conferência tem um significado preciso e relevante, na medida em que corresponde ao espírito de independência nacional e à prática política (daí derivada) destes dois últimos anos. «O convite feito a Portugal — afirmou o major Vítor Alves à partida para Colombo — é uma reafirmação de confiança na política externa portuguesa, já que não pode ser esquecido que Portugal faz parte da N.A.T.O.».

O Presidente Tito, da Jugoslávia — o único sobrevivente dos fundadores do movimento — salientou no seu discurso a necessidade de o mundo não-alinhado pressionar no sentido de um desanuviamento global em todas as esferas, e criticou o renascimento de tendências nacionais para se criarem novas esferas de influên-

cia, acrescentando: «Alguns chegam mesmo a advogar o direito de intervenção como objectivo de impedir o desenvolvimento livre e a evolução democrática interna em certos países e a deposição de regimes independentes e progressivos». Noutro passo do seu importante discurso, viria ainda a afirmar que «questões internacionais básicas não podem, por mais tempo, ser resolvidas sem a participação, em condições de igualdade, de todas as nações e a concretização universal dos princípios da coexistência activa e pacífica».

A ordem dos trabalhos da Conferência incluía a revisão geral e apreciação da situação política internacional e da tarefa dos países não-alinhados, com atenção especial sobre:

A África do Sul e as outras questões coloniais, a situação do Próximo Oriente, a questão palestina, a questão de Chipre, a questão da Coreia, as questões latino-americanas, o oceano Índico zona de paz, as implicações internacionais da defesa, a ingerência dos negócios internos dos outros países, o desarmamento e a segurança internacional.

## PRESENÇA EM 16 FEIRAS INTERNACIONAIS

Portugal deverá participar, através do Fundo de Fomento de Exportação — F.F.E. — em dezasseis feiras internacionais que se realizam até ao final deste ano. A esta participação, seguir-se-á, em Janeiro, a presença na «Semana Verde» de Berlim, dedicada a produtos alimentares e em Atlantic City, numa feira especializada em cerâmicas e vidros.

Durante o corrente ano, Portugal teve a participação mais elevada de sempre nas feiras internacionais, cifrando-se num total de 44 presenças, das quais, 15 em «bureaux» de informação que se destinam a estudar os mercados pouco conhecidos.

O aumento do número de par-



ticipações de Portugal naqueles certames internacionais estaria, de acordo com a direcção das feiras, a trazer resultados benéficos. Acrescentou, no entanto, «serem dificilmente julgados, a curto prazo e pouco susceptíveis de uma quantificação rigorosa».

Um dos aspectos que estaria a impedir uma maior participação portuguesa nas feiras internacionais é, segundo as mesmas fontes, a pouca solicitação das empresas junto do Fundo de Fomento de Exportação, que, no entanto custeia «50 por cento de todas as despesas, quando por vezes não mais». Para além disto e ainda de acordo com os mesmos informadores a verba de que dispõe a direcção das feiras — 40 mil contos — não pode ser considerada elevada, na medida em que cada feira importa despesas que vão desde os oitocentos contos até aos dois mil.

Actualmente e por via das potencialidades exportadoras nacionais e da possibilidade de colocação dos produtos nos mercados externos, a representação portuguesa nas feiras internacionais baseia-se em certos sectores, designadamente os produtos alimentares (com predominância do vinho), têxteis (confeccção, fios, algodão), mobiliário, calçado, cerâmicas e metalomecânica, para além de outros.

Com efeito, na base daqueles sectores da produção nacional, Portugal tem estado presente em algumas das mais representativas feiras internacionais, nomeadamente a de Colónia (vestuário), Dusseldorf (calçado), Milão (sector

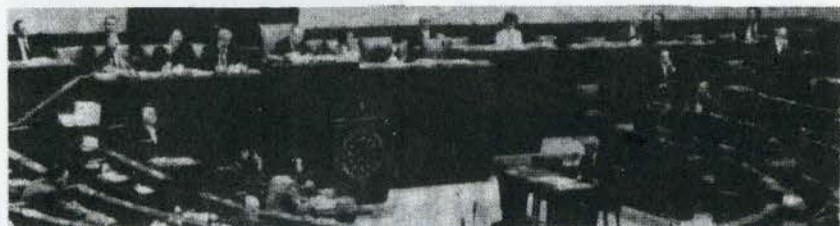
alimentar), Leninegrado (construção naval), Estocolmo (vidros) e nas de Pozman e Leipzig de carácter não especializado.

Por outro lado, os responsáveis do Fundo de Fomento de Exportação estão interessados em abrir a participação portuguesa a certames idênticos, realizados nos países do Terceiro Mundo, entre os

quais, na Argélia e na cidade de Teerão.

Entretanto, a SNEDE (Sociedade Nacional de Empreendimentos e Desenvolvimento Económico), embora sem a participação do F.F.E. participou na Feira Internacional de Moçambique, realizada no Maputo entre 28 de Agosto e 12 de Setembro passados.

## CONSELHO DA EUROPA



Na sequência das conclusões da reunião, em Maio passado, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o governo português comunicou àquela organização o desejo de ser convidado a tornar-se o seu 19.º membro.

Na carta enviada ao secretário-geral do Conselho da Europa, o ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. José Medeiros Ferreira, sublinhou que «as instituições democráticas previstas na Constituição estão em pleno funcionamento e que, assim, as condições políticas existentes em Portugal satisfazem os critérios seguidos pelo Conselho». E acrescenta: «Creio que a presença de Portugal no próprio cerne das instituições europeias sublinhará a importância que o meu Governo concede à existência de uma Europa forte, unida e democrática, contribuindo

deste modo para a cooperação dos povos e dos estados.»

A Assembleia iniciará a sua próxima sessão em 15 de Setembro, enquanto que o comité dos ministros se reunirá a partir de 20 do mesmo mês. Ambos os órgãos encorajaram constantemente a evolução de Portugal em direcção a um regime democrático e saudaram desde logo publicamente a perspectiva de adesão do nosso País ao Conselho.

Caso o convite venha — como tudo leva a crer — a ser formulado, Portugal poderá ser admitido como membro observador ainda em Setembro, no decurso da reunião da Assembleia, e, uma vez cumpridas as formalidades burocráticas, adquirirá a qualidade de membro de pleno direito no início de 1977.

**JÁ CONHECIA A REVISTA QUE ESTÁ A LER?  
ELA PODE, COM CERTEZA, SERVIR MELHOR OS  
EMIGRANTES PORTUGUESES... DIGA-NOS COMO...**



## BALDIOS

# PARA QUANDO A SUA RESTITUIÇÃO AO POVO?

*Uma recente portaria, contendo instruções para as Juntas de Freguesia e demais organismos com elas colaborantes, deu instruções detalhadas para a execução do disposto no n.º 2 do artigo 18 do Decreto-Lei n.º 39/76, de 19 de Janeiro do corrente ano, o qual promove a entrega às comunidades, que deles venham a usufruir, dos terrenos baldios.*

*Estes terrenos têm uma história enraizada nos princípios da nossa nacionalidade.*

*Ligados a hábitos tradicionais da nossa própria organização rural, convém pois saber o que foram e o que poderão ser amanhã estes terrenos, uma vez devolvidos aos seus legítimos proprietários.*

Os terrenos baldios são uma expressão organizada dos povos ibéricos, nomeadamente a partir da passagem dos Visigodos pela nossa Península.

Os terrenos *baldios*, segundo o modo de organização visigótica, eram constituídos pelos campos circunvizinhos dos aldeamentos e povoações visigodas situadas nas regiões do norte do País. A exploração dessas terras era feita em sistema de propriedade colectiva de toda a terra: neste sentido, a população duma determinada aldeia explorava colectivamente a terra circunvizinha e utilizava-a especialmente para o pastoreio de gados.

Um estudo profundo e documentado sobre a origem directa dos

terrenos *baldios* está ainda por realizar. No entanto podem-se adiantar desde já conclusões comprovadas, sobre o facto desta forma de organização e exploração da terra vir descendo directamente do *sistema comunitário primitivo*, conhecido historicamente por «comunismo primitivo».

Alguns historiadores portugueses afirmam que o sistema actual em algumas regiões onde predominam os *terrenos baldios*, como *Trás-os-Montes* e a sua região de *Rio de Onor*, são exemplos flagrantes do que se afirmou, sendo as origens deste tipo de divisão e exploração colectiva das terras descendente, em linha directa, do *sistema comunitário visigodo*.

Este sistema foi largamente desenvolvido e aproveitado para a posterior concretização da independência nacional, desde o tempo de Afonso Henriques.

Nessas épocas o País estava longe de iniciar, sequer, a divisão territorial que posteriormente viemos a conhecer-lhe. As regiões conquistadas eram por vezes ermos isolados, no conjunto do território, em relação a regiões onde mais se concentravam as populações (ao norte, sobretudo).

Daí que, amiúde, o hoje conquistado fosse amanhã retomado pelos seus antigos possesores e, mais tarde, reconquistado pelos reis de Portugal.



«Os baldios são pertença inalienável dos povos das vilas e aldeias de Portugal»



É do conhecimento histórico, o respeito que os diferentes reis de Portugal sempre tiveram por essa tradição, incentivando, inclusive, a manutenção e povoamento do território ganho, através do alargamento dos *terrenos baldios*, que eram uma forma eficaz de sedimentação da população a um lugar, por quanto incrementavam a organização administrativa do território ganho, desenvolviam a economia na agricultura e na pecuária, especialmente (1).

Através dos *Forais*, espécie de decretos-lei emanados do poder real, cediam-se e alargavam-se com frequência os terrenos *baldios* a extensões mais vastas — quer como incentivo ao povoamento em torno dos territórios ocupados aos árabes, quer ainda como método para fixação da população nesses mesmos territórios.

Ao contrário das *Ordenações Afonsinas* (primeira compilação de leis feita em Portugal) e das *Ordenações Manuelinas* (cuja distribuição dos baldios por vilas e aldeias foi não só respeitada, mas alargada, por razões inerentes à penúria agrícola do País, motivada pela crescente emigração de colonos para os territórios conquistados a outros povos com o desenvolvimento das descobertas) as *Ordenações Filipinas*, em 1602, em plena ocupação espanhola do nosso solo Pátrio, deram o primeiro golpe numa tradição incrustada no seio dos camponeses de Portugal. Assim, as *Ordenações Filipinas*, facilitavam a passagem dos *baldios* aos Conselhos, órgãos de poder local nas mãos de senhores feudais, particularmente nas mãos daqueles que tomavam o partido de Castela. A passagem dos baldios para a propriedade individual, começou assim a ensaiar os seus primeiros passos com a perda momentânea da nossa *independência nacional* — e, desde aí, determinados problemas e questões de carácter específico da organização da nossa economia, começaram a depender da infiltração constante, directa ou indirecta, de potências estrangeiras na nossa vida interna.

Existem poucos documentos e mapas que garantam com vera-

cidade a extensão territorial dos baldios em todo o País. Acrescentemos que o regime de Salazar e Caetano, como expressão de uma ditadura, tudo fez para esconder dados seguros, ou para deixar quem de direito os pudesse consultar, na medida em que isso poria a nu uma política empenhada na venda do País e do esforço colectivista de toda a história dum povo, ao imperialismo internacional.

No entanto daremos alguns dados, ainda da Junta de Colonização Interna (o que quer dizer que nem com os seus próprios números, conseguiam camuflar as realidades a um observador mais atento): em 1937 haveria em todo o País cerca de 531 441 hectares de *baldios*. No entanto, em 1874, Gerardo Pery, avaliava a existência de baldios em Portugal em cerca de 4 020 000 hectares, isto é, de 6% do território nacional em 1937, para a existência destas terras! É evidente que o cálculo de G. Pery é conforme a um cálculo próximo da realidade, na medida em que todo o povoamento interno e origem da nacionalidade portuguesa, a par de outras formas, esteve desde sempre ligado ao incremento e desenvolvimento dos *terrenos baldios*, logo não sendo nada de estranhar os números avançados...

De resto, as legislações dos governos mais reaccionários, ao tempo da monarquia, foram comuns na organização repressiva de entraves ao desenvolvimento dos *baldios*. D. Maria I proibe com a lei de 7 de Agosto de 1793 os pastos comuns nas regiões de Serpa e Moura.

A extinção dos *baldios* está também ligada às inconsequências da República de 1910 — sobre isto existe documentação elucidativa num estudo do engenheiro Francisco de Almeida Manuel Vilhena «Inquérito Económico Agrícola de 1934».

Os *baldios* são pertença inalienável dos povos das vilas e aldeias de Portugal. São propriedade historicamente sua — enraizada e respeitada, inclusive, durante séculos e séculos, por monarcas e senhores feudais, como garantia

de expansão e defesa, povoamento e incremento agro-pecuário da vida nacional! Aqueles que foram expropriados, ao longo dos anos, dos seus terrenos baldios, tiveram toda a razão em reclamar o que lhes pertencia por direito histórico.

As razões do que atrás se diz residem em algumas realidades históricas, dentre as quais, citaremos um só exemplo ilustrativo: o *Foral* de Vila Nova de Ourém de 1180 sobre os terrenos baldios aos povos desta região, concedido por D. Teresa, confirmado sucessivamente pelos monarcas portugueses que se lhe seguiram, foi alvo, no entanto, desta estranha descoberta em 1889, por parte de Paulo de Moraes, ao fazer um estudo «sobre a 7.ª Região Agro-económica»: nesse estudo se diz que os baldios fazendo parte da serra do lado de Tomar e de Vila Nova de Ourém, já eram pertença do Município, isto é, já tinham transitado das mãos do Povo para as do *poder de estado* local. Porque meios? Através de que obscuras manobras?... A História no-lo dirá um dia!!!

Eis porque não basta saber que se luta pelo retorno dos *baldios* aos seus legítimos proprietários: ao retorno à propriedade colectiva dos povos dum povoação em utilizarem esse ou esses baldios em seu proveito próprio, é preciso que se conheça e se compreenda quais as razões históricas que assim o determinam — quais as raízes profundas desse justo direito!

(1) Alexandre Herculano e Rebelo da Silva: «Memória sobre a Agricultura e a População de Portugal».

**HA BALDIOS NA SUA TERRA?  
ESTARÃO BEM APROVEITADOS?  
UMA SUGESTÃO: SERÁ POSSÍVEL  
«UNIR OS EMIGRANTES» SEUS  
CONTERRANEOS PARA ESTUDAR  
UM PROJECTO QUE CONCORRA  
PARA O SEU MELHOR APRO-  
VEITAMENTO.**




# O EMIGRANTE PORTUGUÊS NO MUNDO



## ANIVERSARIO DE «O PORTUGUÊS NA AUSTRÁLIA»

# O Português



## na Austrália

ANO VI - No. 258      Quinta-Feira, 10 de Junho de 1976      Preço Avulso: 30 Cents.

«Registered for posting as a Newspaper - Category B»

A comunidade portuguesa da Austrália merece-nos redobrado carinho, não só pela distância geográfica que a afasta da mãe-Pátria, mas impor-se como exemplo pela

sobretudo por conseguir diversidade de iniciativas, emanadas dos próprios emigrantes, entre as quais se salienta a sua imprensa.

### E. U. A.

## A «BANDA DE MÚSICA» DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FOX POINT (PROVIDENCE)

A música sempre cativou a sensibilidade popular, desde os primórdios dos tempos... Em Portugal, ela entrou nas formas de organização e associativismo popular, com as Filarmónicas e com as «Bandas», sendo não raras vezes

em torno da manutenção destas últimas que uma colectividade de «instrução e recreio» centra a sua existência. Manutenção que não é só económica, mas sobretudo humana: os músicos mais velhos prodigalizam-se em esforços no

O semanário «O Português na Austrália» pertence a esse número de iniciativas, que pelos serviços que presta merece especial destaque. Semanário publicado para uma comunidade de cerca de 15 000 portugueses em Sydney, 4 000 em Port Kembla no Estado de Nova Gales do Sul, mais de 1 000 no Estado de Vitória, em Melbourne, cerca de 4 000 na área do porto de Fremantle, num total de cerca de 25 000 portugueses — apresenta nas suas colunas um constante noticiário da actualidade política nacional, assim como constante informação específica dos interesses da comunidade.

Regozijamo-nos pelo 5.º aniversário deste órgão de imprensa, e fazemos votos para que continue prestando serviços à comunidade a que se dirige, como forma de prestar bons serviços a PORTUGAL!

sentido de interessarem a sua descendência capaz de continuar a obra colectiva. Houve e há «Bandas de Música» centenárias em Portugal, encontrando-se frequentemente entre os seus actuais executantes, os netos dos seus pioneiros.

Pródigo em levar aos cinco cantos do globo o seu pequeno mundo português, o emigrante transporta consigo não só a nostalgia da terra-mãe, mas sobretudo a sua imaginação comunitária e associativa, com todas as formas de organização que a ela lhe são inerentes.



É assim que, a par de outras formas de associativismo, destacamos hoje um pequeno historial da «Banda de Música de Nossa Senhora do Rosário» de Fox Point, Providence, E.U.A.

## A BANDA

Fundada em 1967 apenas por três elementos — os senhores Gilberto, Paiva Clarence Andrade e Miguel Torres — a mini-Banda funcionava então na cave da residência de um dos seus componentes. Da pequena ideia gerou-se a grande iniciativa, fundando-se a «Banda», pouco depois de ter conseguido reunir a maior parte da comunidade da região, que unanimemente apoiava a ideia. O salão paroquial da Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi a sua primeira sede.

Foi primeiro regente da «Banda» o tenente Francisco J. Dias, condutor de bandas militares e, na altura, residente em Fox Point.

Como nota curiosa, se bem que todos os instrumentos tenham sido comprados, o *bombo* foi achado no Shipyard (estaleiro naval).

A primeira exibição da «Banda» teve lugar no salão da «Igreja do Rosário», a 14 de Dezembro de 1968, regida pelo tenente Dias. De 18 membros a «Banda» dessa altura cresceu, e conta actualmente com 50 elementos, subsistindo graças ao contributo constante dos seus 225 sócios.

Composta por açorianos de quase todo o arquipélago, continentais e um cabo-verdeano, conta no seu elenco com um 1.º clari-



nete de 9 anos, o «senhor» José Moniz, «neto» da «Banda», tendo-se em atenção o seu executante mais idoso, na casa dos 60 anos!

São peculiares e, de certo modo, relevantes, os serviços culturais por ela prestados, dos quais destacamos os mais importantes: participação em festividades da comunidade portuguesa em muitas cidades de Rhode Island, no Estado de Massachusetts, Toronto (Canadá), uma deslocação aos Açores em 1973, integrada nos Festejos do Senhor Cristo em Ponta Delgada e, por último, ilustra a «galeria» de exposições da «Banda» o facto de até à data ser a primeira das Bandas da comunidade portuguesa nos Estados Unidos a deslocar-se a Portugal.

## A BANDA E OS SEUS PROJECTOS

Prevêem os seus membros a criação de aulas de música para os mais novos, renovação do repertório de música tradicional portu-

guesa. Resta, porém, o grande sonho: a possível compra do edifício onde está instalada actualmente a nova sede, cuja inauguração terá lugar em 29 de Agosto do corrente.

Uma associação de emigrantes, uma «Banda de Música» portuguesa na nossa comunidade dos Estados Unidos, mas quantos outros exemplos de associativismo, de cooperativismo cultural e popular, restam por registar? Muitos, muitos outros!

Sempre que por obra das comunidades portuguesas, ou por engenho nosso, conseguirmos que nos cheguem às mãos os exemplos que entendemos como incentivos práticos a seguir, cá os iremos registando para que se saiba, para que conste. Sobretudo, para que, pelas cinco partidas do mundo, *o português emigrado, conheça o português emigrado*, sob a forma das seculares tradições democráticas e populares que são as suas Associações!

## New Bedford: festas do Santíssimo Sacramento

Realizou-se em New Bedford, uma das maiores festas da comunidade portuguesa neste país. Trata-se da Festa do Santíssimo Sacramento realizada pela 62.ª vez. A origem da Festa tem a sua história numa odisseia realizada por

quatro emigrantes portugueses naturais da ilha da Madeira que em 1914 decidiram embarcar num navio rumo à América. No segundo ou terceiro dia de viagem, a frágil embarcação foi acometida por violento temporal, que pôs em perigo

a resistência do pequeno navio, e sua respectiva tripulação e passageiros. Os quatro madeirenses, imbuídos de forte crença religiosa, imploraram ao «Santíssimo Sacramento» para que a tempestade acalmasse, o que veio a acontecer. Tendo o facto tomado foros de milagre, e em homenagem ao salvamento das suas vidas, decidiram realizar uma festa em honra do «Santíssimo Sacramento», o que veio a acontecer no primeiro domingo de Agosto de 1914.

Com o decorrer dos anos a



feita ficou tradicional, sendo hoje tida como a «festa dos Madeiras», transcendendo o âmbito regionalista para se tornar numa comemoração de foro festivo que abrange toda a comunidade portuguesa nos Estados Unidos, e não raro se lhe associando (como aconteceu este ano com o senador

Edward Kennedy) figuras de destaque da vida política americana.

New Bedford assiste assim todos os anos à chegada de milhares de emigrantes portugueses vindos de vários países (sobretudo do Canadá, Brasil e Venezuela) para assistirem aos grandiosos festejos que já representa para a cidade um grande cartaz turístico.

## VENEZUELA

### EXPOSIÇÃO DE PINTORES CONTEMPORÂNEOS PORTUGUESES

A Sociedade de Amigos da Cultura e Artes Portuguesas (SACAP) inaugurou recentemente uma Exposição de Pintura de artistas portugueses no Centro de Arte Euro-Americano em Caracas. A referida exposição teve o apoio do Embaixador de Portugal na Venezuela, dr. João da Cunha Matos,



e a colaboração da Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa. A realização despertou justificado entusiasmo no seio da comunidade portuguesa de Caracas, tal como o vieram a testemunhar alguns dos jornais portugueses que se editam neste país.

## COLÓNIA DE FÉRIAS

Em organização de uma Comissão de Pais, 42 crianças filhas de portugueses residentes na Venezuela, passaram 17 dias em Portugal (de 28 de Julho a 14 de Agosto), integrados numa Colónia de Férias, e alojados em Vagos, distrito de Aveiro. A Secretaria de Estado e Emigração colaborou na iniciativa com subsídios de alimentação e com dois monitores, assim como o delegado da SEE em Caracas, dr. Fernando Alves. Tam-

bém apoiaram a iniciativa o Banco Português do Atlântico e Banco Borges e Irmão. Do programa desta Colónia de Férias constaram diversas visitas e passeios, dos quais destacamos: visita a Coimbra (Conimbriga e Universidade), Alcobaça, Grutas de Torres Novas, museu e fábrica da «Vista Alegre», Sameiro, Braga, Santa Luzia, Guimarães e passeio na Ria de Aveiro. A iniciativa e o apoio que as entidades oficiais e particulares lhe vieram a proporcionar, despertou natural entusiasmo no seio da comunidade portuguesa de Caracas.



## ALEMANHA

### CONFERÊNCIA SOBRE EMIGRAÇÃO

Na cidade de Stuttgart realizou-se a «3.ª Conferência sobre Emigração», contando com a participação de 26 organizações sindicais de 17 países. Esta «Conferência» tomou posição sobre importantes problemas, registando grande parte das sugestões dadas pela «Conferência de Istambul» — realizada em Agosto de 1975 e da qual a O. I. T. viria a aceitar a oportunidade — que puderam ser postas em prática graças ao trabalho sindical nacional. Esta «3.ª Conferência» fez um apelo às organizações sindicais respetivas no sentido de exercerem constante influência junto dos respectivos governos, a fim de que algumas das suas sugestões venham a ser postas na ordem do dia, tais como: igualdade de direitos entre cidadãos nacionais e trabalhadores estrangeiros; condições de vida e de trabalho; salários e direitos económicos. Das decisões mais importantes tomadas por esta «Conferência», salientamos a que se refere à situação do mercado de trabalho, tendo sido afirmado por todas as organizações sindicais que nem os trabalhadores estrangeiros nem os nacionais, poderão ser responsabilizados pela actual crise económica.

No seu discurso de encerramento, afirmou-se ser necessário preocuparem-se as organizações sindicais, através de uma política de emprego em todos os países, para que o *direito ao trabalho* não seja apenas uma «linda expressão», mas sim uma efectiva medida a aplicar a todos que necessitam de trabalho como meio para a sua subsistência. Foi ainda realçada a necessidade urgente de contactos e coordenação política dos sindicatos a nível europeu.



## FRANÇA

Na pequena localidade de Saint-Gratien, arredores de Paris, um português, o senhor Alexandre da Silva, organizou um pequeno «festival de cinema amador», à semelhança daquele que foi organizado este ano na cidade de Guimarães.

A iniciativa do nosso compatriota, longe de resultar dum mero acaso ou capricho, toma formas organizadas que a propõem como actividade com continuidade. Assim, para o ano de 1977

— Março, segundo a data prevista — realizar-se-á de novo o *Festival de Cinema Amador de Saint-Gratien*, no qual poderão participar todos os cineastas amadores, sobretudo portugueses, com filmes de 8 e super-8, sonoros, a cores ou a preto e branco, sendo o tema livre.

Quanto aos prémios, haverá dois tipos: o grande prémio do festival, atribuído pelo júri ao filme que obtiver o maior número de pontos e um outro a distribuir pelo público que para isso é convidado a votar, na condição de este último estar presente em todas as sessões de projecção.

**FESTIVAL DE CINEMA AMADOR ORGANIZADO POR UM EMIGRANTE PORTUGUÊS**

Os cineastas amadores portugueses, residentes ou não no estrangeiro, são assim convidados a participar neste festival, bastando para tal escrever para:

**Alexandre da Silva**  
95210 — 10, Rue Jean Moulin  
Saint-Gratien  
FRANÇA

## ENCONTRO DE FUTEBOL



Realizou-se em Lisboa no passado dia 15 um desafio amigável de futebol entre a equipa portuguesa do Clube Português de Belfort (localidade da região de Strasbourg) e a equipa do Mirantense Futebol Club, tendo ganho por 2-1 a turma de Belfort. Para além da clássica troca de galhardetes, ambas as equipas se ofereceram duas taças comemorativas. A Secretaria de Estado da Emigração ofereceu, por seu turno, duas taças que foram entregues às equipas pelo Secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima, que assistiu ao encontro, conforme documentam as imagens.



# EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

## RÁDIO LIBERDADE

Através do seu rádio em onda curta pode estar sempre bem informado acerca do que se passa no nosso País. E é importante saber as notícias da sua terra, da sua região, conhecer as transformações que se vão operando... para amanhã, quando voltar a Portugal, não se sentir longe dos seus. Oíça as notícias do País.

Horário de emissão — de 2.<sup>a</sup> a sábado, das 21 h às 22 h.  
ao domingo, entre as 13 e as 14 h  
Banda — onda curta (SW)  
Comprimento de onda — de 2.<sup>a</sup> a sábado, em 31 014 metros  
aos domingos, em 49 metros

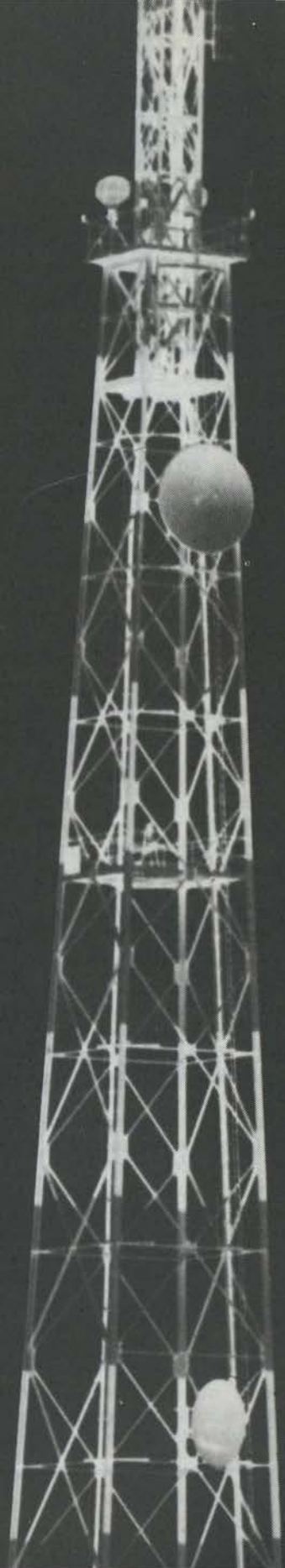
Noticiários:

**Regional e Nacional** — de 2.<sup>a</sup> a sábado, às 21 h e 15 m  
**Estrangeiro e Desporto** — de 2.<sup>a</sup> a sábado, às 21,30 h

Há ainda:

Revista da semana — aos domingos, às 13,30 h  
Um programa infantil — aos domingos, às 13,15 h  
Um programa de higiene alimentar — às sextas-feiras, às 21,15 h  
e um **suplemento** que é um resumo do que se passa no dia-a-dia.

Entre as rubricas e os noticiários, transmite-se diariamente música portuguesa, alternada com informações técnicas da S.E.E. e ainda respostas às cartas dos emigrantes.





Aqui em Lisboa, conversamos com um emigrante nos Estados Unidos que veio passar as suas férias em Portugal. José, de 30 anos, natural duma aldeia do concelho de Torres Novas, vivia até agora, na cidade de NEWARK, onde residem mais de 40 000 portugueses e vai agora residir (trabalhar e estudar), em Providence. Nesta entrevista descreve-nos o que foi a sua vida de emigrante e dá-nos conta dalgumas impressões sobre os Estados Unidos e sobre os emigrantes portugueses.

#### «A ENGRENAGEM POLÍTICA NÃO ME INTERESSAVA...»

— Gostava realmente que nos contasses a tua experiência de emigrante, o teu primeiro trabalho, o que tens feito, as tuas impressões...

— Bem, o motivo pelo qual saí daqui já o sabes, mais ou menos: as condições de trabalho não agradavam, o ordenado era fraco, além disso *havia uma engrenagem política* que também não me interessava. Saí daqui, portanto, fui voluntário. Cheguei lá, tive um trabalho quase de bandeja, assim que cheguei: Estive numa fábrica 4 meses; depois fui para o desemprego, não ganhava nada...

— E porque é que saíste dessa fábrica?

— Não havia trabalho na altura.

Depois quando estava no desemprego consegui trabalho numa outra casa — andava a lavar pratos na cozinha e então aí é que eu pensei organizar um Sindicato (numa secção sindical).

— Havia muitos portugueses lá?

— Não; eram quase só americanos. Havia até um russo e indianos e não sei que mais... Havia lá um monte de malta. Então comecei a falar em sindicalismo e mais não sei quê, porque é que a malta não se organizava e a partir daí a coisa chegou à Administração e eles correram logo comigo!... Fiquei no desemprego outra vez, com mais 2 trabalhadores, mas os outros foram reintegrados 2 dias depois e a mim nunca me chamaram. Depois voltei a estar no desemprego, portanto sem ganhar, porque eu não tinha descontado o suficiente para qualquer subsídio, como eles chamam lá o *seguro social*... não tinham direito a isso!... Depois continuei sem cheta. Mais tarde consegui arranjar outro trabalho a limpar vidros e andava a limpar o chão, género de «mulher a dias», aí aguentei-me 2 meses com um ordenado de fome que mal

dava para comer... muito abaixo do ordenado mínimo nacional dos Estados Unidos daquela altura, e mais tarde voltei a ir para a fábrica onde ainda hoje estou. Voltou a haver trabalho.

— Que fazes nessa fábrica?

— Bem, primeiro comecei por limpar ferro, fazer limpezas, depois consegui tirar um curso de soldador, fui soldador durante 2 anos. Mais tarde consegui especializar-me noutro trabalho que eles tinham que era um género de traçador e serralheiro civil e esse é o mesmo trabalho que ainda hoje tenho.

#### HÁ 6 ANOS QUE NÃO JANTO...

— Às vezes trabalhas de noite, de dia... Parece que nem costumavas jantar...

— É verdade que há 6 anos que trabalho das 4 da tarde à meia-noite e meia hora. Temos, claro, 10 minutos... Há 6 anos que não janto. Como umas sandes, umas peças de fruta numas escadas, precisamente junto ao caixote do lixo. Aliás a malta come toda por onde calha, encostado às casas de banho. Não há sala de jantar, o bar isso então é uma coisa proibida, tão pouco se podem levar bebidas para o recinto da fábrica, só sumos...

— Quantos empregados tem a fábrica?

— Uns 600. Trabalhamos por turnos, mas só os mais velhos conseguem o turno de dia. O turno da noite tem uma vantagem, vá lá, de 10 cêntimos. Há 4 portugueses e fui eu que os lá meti. Profissionalmente evolui bastante, atingi o escalão máximo de ordenado na fábrica. Fui uma vez convidado para ser chefe — mas eu recusei porque é contra os meus princípios. *Primeiro*, não ia servir o sistema que, em parte, eu combato. *Segundo*, dar ordens, para mim é uma posição muito ingrata. Gosto mais de receber ordens...

#### ELES (OS SINDICATOS) ESTÃO VENDIDOS AO PATRONATO...

— Quanto à organização sindical americana o que é que te parece? Defende os trabalhadores?

— Na minha opinião eles estão vendidos ao patronato... Aliás, isso é uma coisa velha. Pertença a um sindicato grande, mas praticamente nós não temos força nenhuma. É certo que às vezes conseguimos organizar uma greve, quando temos razão, mas vêm logo as ameaças da polícia... e mais não sei quê...

— Já participaste nalguma greve?

— Três greves: a *primeira*, por causa do atestado médico que era necessário quando nós adoecíamos um dia. Agora só é necessário quando estamos doentes mais de 3 dias. *Outra*, foi por causa do despedimento dum indivíduo, conseguimos vencer também, pois o indivíduo foi reintegrado e voltou ao serviço. *A outra*, foi por causa do contrato colectivo de trabalho; estivemos 4 ou 5 dias em greve mas não conseguimos aquilo que queríamos porque o sindicato vendeu-nos.



Quando o sindicato pediu voluntários para os piquetes, éramos os mesmos todos os dias a aparecer... A maior parte da malta não se interessa...

— **Quanto a condições de trabalho, regalias...**

— Quanto a regalias, há coisas a dizer. Por exemplo eu trabalho na fábrica há 6 anos e tenho 2 semanas de férias. Se chego 15 minutos atrasado, perco uma hora. Não se tem direito a dispensas. Se estamos doentes uma semana, não tenho direito a entrar no seguro, só depois é que podemos entrar no seguro. Mas temos também algumas coisas boas: por exemplo, temos um serviço dentário em que a Companhia paga 100 %, e além disso pouco mais. No aspecto de saúde, sim: temos hospital, um género de seguro de doença e mesmo seguros de acidente, que compensa alguma coisa...

— **No aspecto cultura: se quiseres estudar, podes?**

— Tenho alguma coisa a dizer acerca disso. Eu já interfeiri junto da fábrica, aqui há anos para que me dessem o turno de dia para poder estudar à noite e eles não me deram oportunidade nenhuma. Disseram-me que eu podia estudar de dia, se quisesse... Não é bem verdade, porque os cursos de dia são um pouco grandes para as poucas horas que eu tenho de descanso.

— **O que é que tu pensas dos nossos emigrantes, lá?**

— Eles evoluíram monetariamente. Culturalmente continuam a ser os mesmos. Não lêem, não escrevem, não vão a espectáculos. Preocupam-se principalmente com uma coisa: é o dinheiro, a conta bancária, ter um bom carro, mostrar o bom carro aos amigos e aos vizinhos e claro, comprar uma casa. Isto (a casa) não é de condenar, até é de elogiar! Às vezes querem passar por americanos e não são... Há uma outra coisa: também não se associam muito ao americano... O por-

tuguês tem uma vida independente mais ou menos como fazia na terra: casa, trabalho, igreja... As associações que lá há, nasceram praticamente depois do «25 de Abril» e foram os grupos que quiserem tomar a rédea da classe, portanto do emigrante... Falaram-lhe de partidos e mais não sei quê, mas afinal isso é tudo malta reaccionária, malta que antes nunca fez nada e que agora se armou em «salvador» do povo...

— **E quanto à Informação: lá chega muita informação de Portugal? Conheces a Revista? O Boletim?**

— Bem. Chega lá a informação portuguesa quase toda, especialmente a reaccionária, jornais como a «A Rua», o «Templário» coisas assim... Temos lá jornais que se publicam semanalmente, posso dizer o nome de alguns que são altamente reaccionários, um chama-se o «Portuguese Times» que é de New Bedford e há um outro o «Novos Rumos» um jornal da Igreja, altamente reaccionário, e há outro o «Luso-Americano» que está na mesma linha... São jornais que sempre apoiaram a situação anterior e agora apoiam homens como o Spínola e coisas assim do género...

Da vossa revista: que eu saiba foi bem aceite, entre a malta que se considera de esquerda. Na minha opinião é uma revista de centro, e por isso tem interesse para nós. Acho que não se deve desistir da informação que você mandam daqui, pois o primeiro passo já está dado. É importante que se dê daqui, uma informação que vocês mandam daqui, pois o primeiro passo na Assembleia, nos nossos distritos, concelhos, acho que também nos podiam dar uma informação acerca dos nossos escritores, poetas... Sem isso nós não avançamos nada. «Americanizamo-nos» como eu disse, ouvimos o que se passa na América e a maior parte das vezes nem sabemos o que se passa, verdadeiramente, em Portugal...

## QUER COLABORAR COM A «25 DE ABRIL»?

- **Depois de ler este número, escreva-nos dizendo o que gostou e não gostou...**

**MANDE-NOS A SUA CRÍTICA!**

- **Escreva-nos! Fale-nos do seu trabalho, da sua Associação, do desporto, da educação dos filhos...**
- **Dê a conhecer a REVISTA aos camaradas...**
- **E, se puder, seja assinante e proponha-nos assinantes**



**tome nota ...**

## ISENÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO

1 — Considera-se bagagem para o efeito da isenção de direitos de importação:

- a) O vestuário e objectos de uso pessoal pertencentes a passageiros, livros, ferramentas, instrumentos e utensílios portáteis próprios da profissão dos seus possuidores e bem assim as máquinas fotográficas tipo Kodak e os rolos de película, em pequena quantidade, que acompanhem os passageiros.
- b) Os móveis, roupas e outros objectos de uso doméstico podem beneficiar de isenção de direitos de importação, no regime de bagagem, desde que os interessados venham habitar território nacional e façam oportunamente prova do seguinte:

- Não possuir habitação guardada em Portugal, à data da sua chegada, para o que é necessário fazer uma declaração nesse sentido, devidamente assinada pelo próprio;
- Que os referidos bens de uso doméstico — devidamente relacionados — fazem parte há mais de um ano do recheio da sua casa no estrangeiro, condição a satisfazer mediante certificado probatório passado pelo Cônsul de Portugal no país de procedência;
- Que todos aqueles objectos se mostrem, tanto na qualidade como na quantidade, proporcionados às funções e situação social do seu possuidor.

2 — Serão isentos de direitos sem as formalidades anteriores, desde que se apresentem com evidentes sinais de uso: as roupas e outros objectos de uso doméstico, em pequena quantidade e de diminuto valor, e os gramofones, gira-discos, aparelhos de registo de som, receptores de telefonia sem fios e máquinas de escrever, portáteis e discos pertencentes a passageiros.

3 — A desalfandegação dos aparelhos receptores de televisão depende da apresentação da competente licença da Radiodifusão Portuguesa.

4 — O prazo durante o qual é permitida a entrada, com isenção de direitos, das bagagens que não acompanham os passageiros é de 90 dias, quer estes cheguem antes quer depois das mesmas bagagens.

## **CUIDADO COM OS ESPECULADORES!**

### **nota oficiosa da S.E.E.**

1 — É já do conhecimento público que o Governo tem em fase adiantada de estudo um novo sistema que permitirá a aquisição em Portugal, por emigrantes e turistas, de gasolina mais barata.

Contudo, tal sistema ainda não se encontra em vigor nem foram tornadas públicas em definitivo as formas através das quais os interessados poderão usufruir tal benefício.

A Secretaria de Estado da Emigração foi porém informada de alguns casos de venda de senhas falsas que, não tendo circulação autorizada por qualquer departamento governamental, não conferem nenhum direito a quem as possuir.

Assim, alertam-se todos os trabalhadores emigrantes para não adquirirem tais senhas aos indivíduos sem escrupulos que, através delas, lhes estão a extorquir dinheiro.

2 — Também chegou ao conhecimento desta Secretaria de Estado que, principalmente no Norte do país e na área próxima das fronteiras, especuladores têm abordado insistentemente os emigrantes com o objectivo de lhes adquirirem divisas estrangeiras.

Esta atitude, para além de traduzir uma duvidosa formação de quem a pratica é manifestamente contrária às disposições legais em vigor, lesiva da actividade bancária nacional e eventualmente dos interesses dos próprios emigrantes.

A Secretaria de Estado da Emigração vem dirigir-se aos emigrantes solicitando a máxima colaboração no sentido de apenas efectuarem vendas de divisas estrangeiras através das instituições de crédito por forma a evitar as referidas ilegalidades.



## EM DEFESA DOS EMIGRANTES

### FRANÇA:

## IMPORTANTES MEDIDAS CONTRA OS TRAFICANTES E PATRÕES SEM ESCRÚPULOS

O Governo francês tomou recentemente importantes medidas no sentido de acabar com os traficantes, que passam a salto imigrantes, com os patrões, que os exploram implacavelmente, e com os «negociantes do sono», que os abrigam em dormitórios imundos.

Nova legislação, agora aprovada pelo Parlamento, visa a melhorar a sorte de cerca de quatro milhões de estrangeiros, já em França, e a impedir a chegada de outros.

Há dois anos, o Governo francês pôs termo à imigração de trabalhadores estrangeiros de países que não pertencem ao Mercado Comum, a fim de estudar maneiras de melhorar as condições de emprego e de vida dos migrantes que já se encontram no país.

Os primeiros a serem atacados foram os empregadores, que cobram preços exorbitantes para passar a salto imigrantes em compartimentos secretos de camiões, por vezes tão cheios que os infelizes sufocam.

Nos termos de uma lei de 1945, os empregadores estavam sujeitos a penas de dois meses a dois anos de cadeia. Agora podem ficar também com os veículos, usados na passagem a salto de imigrantes, confiscados e com as suas cartas de condução suspensas.

### CONTROLAR O FLUXO MIGRATÓRIO

Paul Dijoud, secretário de Estado para os Trabalhadores Imigrantes, explicou que as novas leis estão incluídas numa política destinada a melhorar as condições de vida dos imigrantes.

«Destinam-se também a controlar melhor o fluxo migratório,

de forma a que a imigração clandestina não aumente agora que a economia tem recuperado» — disse.

Sublinhando outro dos alvos principais, Dijoud continuou: «O nosso objectivo é uma perseguição mais intensa contra patrões sem escrúpulos que utilizam a mão-de-obra estrangeira em situações irregulares.»

Para acabar com patrões que se servem de imigrantes ilegais como trabalho barato, o Governo conta com dois novos dissuasores: primeiro, um patrão condenado terá de pagar uma multa à Repartição Nacional de Imigração; segundo, a sentença com a condenação será afixada na sua fábrica e publicada nos jornais.

Para pouparem o máximo de dinheiro possível para enviar para os lares, muitos trabalhadores imigrantes dormem em dormitórios imundos e miseráveis, onde, por vezes, os donos, a que se deu o nome de «negociantes do sono», alugam camas para duas pessoas, de cada vez, por uma noite ou um dia.

### DEFENDER AS FAMÍLIAS

Agora, nos termos da nova legislação, prefeitos locais dispõem de poderes para encerrar dormitórios pouco higiénicos e, o mais importante de tudo, para exigirem uma contribuição aos «negociantes do sono» para se darem novos abrigos aos trabalhadores sem um leito para dormir.

O que é mais duro para os trabalhadores imigrantes em França é viverem sem as famílias e Dijoud pretende modificar isso.

Explicou: «Até agora, as famílias vieram para França em con-

dições caóticas. Muitas tinham vistos de turistas. Quando acabou o prazo desses vistos, os imigrantes permaneceram no nosso país e a humanidade mais elementar impediam-nos de os enviar de volta quando o chefe da família tinha um emprego e um lar decentes.»

«A partir de agora — acrescentou o secretário de Estado para os Trabalhadores Imigrantes — um operário estrangeiro pode ter a família em França desde que resida no país há um ano, e tenha os documentos em ordem, recursos estáveis e um lar adequado.»

Para evitar que a burocracia retarde a solução de casos, Dijoud deliberou que não devem decorrer mais de dois meses entre o pedido dos imigrantes e a resposta da Administração.

Finalmente, o Governo planeia proporcionar um bom começo às famílias reunidas. Logo que estejam instaladas e reunidas, ser-lhes-á paga a renda de casa durante três meses, a fim de as auxiliar a fazer face às primeiras despesas.»



«A partir de agora, disse Paul Dijoud, um operário estrangeiro pode ter a família em França desde que resida no país há um ano e tenha os documentos em ordem, recursos estáveis e um lar adequado.»



# A IMIGRAÇÃO FAMILIAR EM FRANÇA

O Governo francês decidiu que a imigração de famílias estrangeiras seria novamente possível a partir de 1 de Junho de 1975.

Assim, o trabalhador imigrado pode pedir a entrada da sua família pelo mesmo processo que anteriormente. O pedido que lhe compete apresentar deve ser feito, utilizando os impressos regulamentares que pode adquirir na Direcção de acção sanitária e social (D.A.S.) do seu departamento, e submetido a esse serviço. A resposta de autorização para chamar ou para se acompanhar pela família no território está subordinada às seguintes condições:

— É preciso que o requerente esteja instalado em França com suficiente estabilidade e que se encontre em situação regular, quer dizer, possuidor de documentos de permanência e de trabalhos válidos.

— Além disso, é o conjunto da família (esposa e filhos menores) que deve vir para França, e a sua entrada deve ser motivada pela oportunidade de reagrupamento familiar e não pela procura de emprego de alguns dos seus membros;

— Por outro lado, o requerente deve justificar que dispõe, para receber a família, dum alojamento correspondendo às normas consideradas necessárias para os trabalhadores da sua categoria.

— Por fim, os membros da família cuja entrada é pedida devem ser reconhecidos fisicamente aptos, pelos médicos da O.N.I.

Acontece no entanto que numerosas famílias chegam a França fora dos processos regulamentares. A autorização de permanência está subordinada ao respeito pelas regras acima expostas.

Estão actualmente em preparação, textos (decreto e circular) com vista a organizar um novo processo, mais rápido, de instrução dos pedidos de imigração familiar e para esclarecer as condições de fundo a considerar para que o trabalhador possa mandar vir a sua família.

Foi também decidido criar, a título experimental e pelo período de um ano, um subsídio (dito de *primeira instalação*) cujo financiamento será assegurado pelo Fundo de acção social para os trabalhadores migrantes (F.A.S.), e estabelecido com vista a compensar o trabalhador pelos encargos ocasionados pelo reagrupamento familiar, em particular o aluguer de

alojamento. O seu montante representará 3 meses de aluguer do alojamento de que disporá a família, e será efectivado no limite de um «plafond» de recursos (limite máximo estabelecido sobre o rendimento anual).

Este subsídio será reservado aos trabalhadores estrangeiros cujas famílias foram introduzidas pelo Serviço Nacional de Imigração e será pago ao chefe da família num único pagamento, e no momento da chegada dos familiares.

## CONDUÇÃO EM PORTUGAL COM LICENÇA ESTRANGEIRA

Os titulares de licenças de condução emitidas pelas autoridades oficiais estrangeiras, estão automaticamente habilitados a conduzir em Portugal, dentro do prazo de validade da mesma licença de condução, tal como se possuísse carta de condução portuguesa, *sem quaisquer formalidades a cumprir*, desde que possa em qualquer altura, comprovar que está a residir habitualmente no estrangeiro, *mediante a exibição de passaporte de que deve fazer-se sempre acompanhar*.

Poderão obter uma carta de condução portuguesa todos os titulares

de licenças de condução estrangeiras, dentro do seu prazo de validade e mediante a sua apresentação, juntamente com os documentos que lhes forem indicados em qualquer Direcção de Viação a que se dirigirem.

No entanto, a obtenção de cartas de condução portuguesa, com dispensa de exame, só é possível aos titulares de licenças de condução estrangeiras que estejam a residir em Portugal.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 266/76 de 10 de Abril último, deixou de ser exigida a prova de habilitações literárias (4.ª classe).

## O ENSINO DO PORTUGUÊS EM FRANÇA E NA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

*Segundo um decreto-lei recentemente publicado, foi criado junto das embaixadas de Portugal em França e na República Federal da Alemanha, o cargo de coordenador-geral do ensino do português naqueles países, que terá as seguintes atribuições:*

- Coordenar todo o sector do ensino do português a nível do ensino básico e secundário ministrado a crianças e adultos de nacionalidade portuguesa;*
- Centralizar o intercâmbio entre professores e serviços regionais que se vierem a criar e os serviços ou organismos centrais do Ministério da Educação e Investigação Científica;*
- Apresentar propostas para a organização dos serviços de coordenação do ensino do português no estrangeiro;*
- Diligenciar junto dos responsáveis do país onde exerce as suas funções, no sentido de obter a integração do ensino da língua portuguesa nos respectivos esquemas escolares.*



# CONHEÇA OS SEUS DIREITOS DE SEGURANÇA SOCIAL



Depois de termos publicado em Junho uma reportagem sobre a CAIXA CENTRAL DE SEGURO SOCIAL DOS TRABALHADORES MIGRANTES em que demos a conhecer aos nossos leitores o que é a CAIXA DOS MIGRANTES, os objectivos que visa e como actua, começámos no número de férias (o de Julho) a publicar de novo e de maneira actualizada, a lista dos DIREITOS que, em matéria de segurança social, têm os familiares dos emigrantes.

Agora, neste número, apresentamos, não como tínhamos dito, o que se refere à ASSISTÊNCIA MÉDICA E MEDICAMENTOSA, mas somente OS DIREITOS DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EM FRANÇA, quando de férias pagas a Portugal, e OS DIREITOS DOS SEUS FAMILIARES RESIDENTES NO NOSSO PAÍS, no que diz respeito a assistência médica e medicamentosa.

Se o ponto I, parece ter agora menos importância, por estarmos no fim do período normal de férias, o ponto II, é muito importante, em qualquer altura do ano.

Contamos publicar no próximo número os novos montantes do abono de família e outras regalias a que têm direito os trabalhadores portugueses emigrados em França, e que passaram a vigorar desde Janeiro e Março do corrente ano.

## 1. DIREITOS DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EM FRANÇA, QUANDO VÊM DE FÉRIAS PAGAS A PORTUGAL

### TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE FÉRIAS PAGAS, GOZADAS EM PORTUGAL

#### Condições para o reconhecimento do direito à assistência médica e medicamentosa

O trabalhador salariado português ocupado em França tem direito a assistência se adoecer ou sofrer um acidente durante a sua permanência em Portugal por ocasião do período de férias pagas, desde que o seu estado de saúde assim o requeira e se mostrem observadas as condições gerais que determinariam o reconhecimento do direito se a doença tivesse ocorrido em França. A assistência abrange cuidados médicos (incluindo hospitalização, se necessária) e participação nos medicamentos.

A assistência será prestada por um período que não pode ultrapassar, em princípio, 6 meses. Só em casos especiais, será de admitir a sua concessão para além de tal limite, ficando então a cargo da Caixa de Previdência portuguesa.

Só haverá lugar à concessão de assistência, se a

doença ou acidente se verificar dentro do período de férias pagas.

#### Procedimentos a seguir quando do pedido de assistência

O trabalhador em gozo de férias pagas passadas em Portugal, que adoecer ou sofrer um acidente, deve dirigir-se ao Posto ou Delegação Clínica da Caixa de Previdência e Abono de Família do local da sua residência solicitando a assistência médica.

Para que os serviços da mesma Caixa possam verificar o direito e entrar em contacto com a respectiva Caixa francesa, o trabalhador:

##### a) Deve apresentar:

- Boletins de salário comprovando que exerceu uma actividade profissional em França durante, pelo menos,
- 200 horas no trimestre civil anterior à data do pedido de assistência (ou nos 3 meses anteriores ao mesmo pedido, contados de data a data);

ou

- 120 horas no mês civil anterior ao do referido pedido de assistência (ou no período de um mês, anterior ao mesmo pedido, contado de data a data);
- Cartão de matrícula na Segurança Social francesa;
- Documento através do qual possa ser verificado que o pedido de assistência está a ser feito dentro do período de férias pagas. Na falta de melhor documento, pode ser utilizado o passaporte comprovando a data de entrada em Portugal.

##### b) Deve indicar:

- A sua morada em Portugal;
- O nome e morada do patrão, ou patrões, para quem trabalhou em França nos últimos 3 meses;
- Nome da Caixa francesa de seguro de doença em que está inscrito.

#### Decisão da Caixa francesa

A respectiva Caixa francesa, com base na comunicação da Caixa de Previdência e Abono de Família portuguesa, verifica então os direitos do interessado e notifica da sua decisão quer o trabalhador, quer a Caixa portuguesa, através de um formulário SE-139-06.



Se for caso de reconhecer direito ao subsídio de doença, o facto constará da notificação.

Se a decisão lhe for desfavorável, o trabalhador pode recorrer para a Caixa francesa que a tomou.

### **Participação do impedimento por doença, ao patrão**

O impedimento por doença durante o período de férias pagas gozadas em Portugal, não conta para efeitos das mesmas férias, pelo que, nessa hipótese, deverá o trabalhador avisar o seu patrão, por escrito e com urgência, que se encontra doente e com «baixa» pela Caixa. Evitará assim que, pelo facto de ter prolongado involuntariamente a sua permanência em Portugal, venha a ser despedido por se ter apresentado depois da data fixada inicialmente para termo das férias pagas.

### **FAMILIARES QUE REGRESSAM A PORTUGAL OU ACOMPANHAM O TRABALHADOR NO PERÍODO DE FÉRIAS PAGAS**

#### **Condições para o reconhecimento do direito à assistência médica e medicamentosa**

Os familiares do trabalhador que regressem a Portugal para terem direito a assistência devem ser portadores de um atestado modelo SE 139-07 passado pela respectiva Caixa francesa.

Tal atestado não é necessário desde que a Caixa de Previdência e Abono de Família portuguesa do distrito da residência dos familiares já esteja de posse de um outro atestado que reconheceu o direito à assistência a outros familiares residentes em Portugal.

O formulário SE 139-06 só reconhece o direito ao trabalhador em gozo de férias pagas, não dando direito aos familiares que se deslocam a Portugal, mesmo na companhia do trabalhador.

Os familiares do trabalhador que o acompanhem a Portugal no período de férias pagas, no caso de virem a ter necessidade de assistência deverão dirigir-se à respectiva Caixa de Previdência e Abono de Família e proceder como se indica em relação ao próprio trabalhador. Em qualquer caso, desde que a Caixa portuguesa não possua atestado comprovativo do direito passado pela competente Caixa francesa, para que este seja pedido, a pessoa interessada deverá apresentar:

- Boletins de salário do trabalhador dos 3 meses anteriores;
- Cartão de matrícula do trabalhador na Segurança Social francesa;
- Carta de «séjour» ou fotocópia da mesma.

## **2. DIREITOS DOS FAMILIARES DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EM FRANÇA**

### **Familiares com direito às prestações de assistência médico-social em Portugal**

As prestações do seguro de doença e maternidade (cuidados médicos, assistência medicamentosa, etc.) são concedidas aos familiares do trabalhador migrante, tal como aos familiares do trabalhador beneficiário do regime português de Previdência Social.

Assim, têm direito às referidas prestações os seguintes familiares a cargo do trabalhador:

- A mulher (*desde que não tenha direito a título próprio*);
- Os filhos (ou equiparados) e os netos órfãos ou cujos pais sofram de incapacidade para o trabalho ou se encontrem ausentes em parte incerta, com menos de 15 anos ou, depois deste idade, até aos 16 anos se sofrerem de deficiência que retarde a formação escolar obrigatória ou a aprendizagem de profissão, até aos 18, 21 ou 24 anos, respectivamente, se estiverem matriculados em curso secundário, médio ou superior, com a correspondente frequência escolar e, sem limite de idade, se sofrerem de incapacidade para o trabalho.

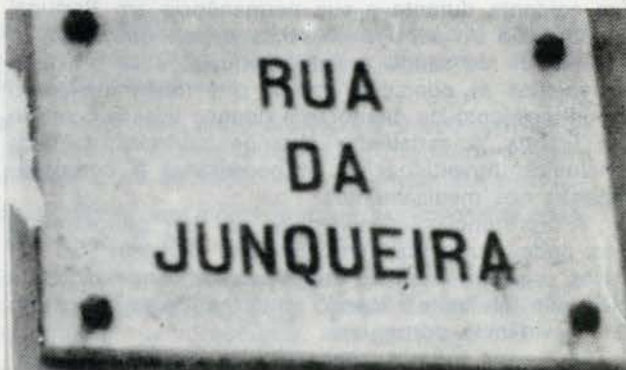
Têm ainda direito à assistência médica e medicamentosa:

- Os ascendentes (pais, avós, padrastrós e madrastras, sogros, etc.) desde que não estejam abrangidos pela Previdência Social portuguesa a título próprio, nem tenham rendimento mensal superior a 1400\$00 (ou a 2800\$00, tratando-se de casal).

Para que os familiares residentes em Portugal beneficiem do direito a assistência médico-social, deverá o trabalhador pedir na Caixa do seguro de doença de que depende em França, a passagem de um «atestado relativo à inscrição» (formulário SE 139-07), o qual enviará à família, para que esta proceda à sua apresentação na Caixa de Previdência e Abono de Família do distrito da respectiva residência.

Se tiver dificuldades em perceber, ou para outras informações neste assunto, dirija-se à:

**CAIXA CENTRAL DE SEGURANÇA SOCIAL  
DOS TRABALHADORES MIGRANTES**  
Rua da Junqueira, 112 — Telef. 64 52 81/7  
LISBOA 3





# BILHETE DE IDENTIDADE

No intuito de facilitar aos portugueses residentes no estrangeiro a obtenção de bilhete de identidade passados pelos arquivos de identificação a Direcção dos Serviços de Identificação estabeleceu um sistema simples, cuja explicação se expõe a seguir.

Assim, os portugueses naturais do continente ou das ilhas adjacentes que pretendam renovar o seu bilhete de identidade, emitido pelos arquivos de identificação de Lisboa, Porto ou Coimbra, deverão preencher correcta e completamente, sem rasuras, emendas ou

entrelinhas, os impressos próprios que poderão adquirir nos consulados de Portugal ou solicitar directamente à Direcção dos Serviços de Identificação (Rua Gomes Freire, n.º 174, Lisboa 1), mediante envio de 30\$00 para pagamento dos mesmos e das despesas de remessa por via aérea.

Uma vez preenchidos, os impressos deverão ser entregues no consulado de Portugal, juntamente com o bilhete de identidade a substituir, duas fotografias e um vale postal internacional ou documento de pagamento equiva-

lente à ordem do Director dos Serviços de Identificação, pagável em Lisboa e no montante de 100\$00. Esta importância sobre as despesas do próprio bilhete de identidade, bem como a dos portes de correio para a remessa do mesmo directamente ao interessado.

No caso de se tratar do pedido dum bilhete de identidade pela primeira vez ou, então, na falta do bilhete de identidade anterior, torna-se necessária também a apresentação duma certidão de nascimento para bilhete de identidade passada há menos de 3 meses.

A Direcção dos Serviços de Identificação pode encarregar-se de obter certidões de nascimento em relação ao continente e Ilhas mediante o envio de 85\$00.

# DEBATE SOBRE EMIGRAÇÃO

Juntamente com emigrantes representando os principais partidos políticos — Leonel Caturra (PS), Cunha Jordão (PPD), Luís de Sousa (CDS) e Silva Ângelo (PCP) — o Secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima, participou na Tadiotelevisão Portuguesa num debate sobre a emigração, ou, melhor dizendo, sobre os mais importantes problemas que hoje se colocam aos 2 milhões de portugueses que trabalham no estrangeiro.

Se bem que não tivesse abrangido a maior parte desses problemas, nem tivesse proporcionado conclusões de alcance imediato — quer pela natural escassez de tempo, quer ainda pela maneira de certo modo «desordenada» como foi orientada a discussão, com culpas e repartir pelo moderador e alguns dos próprios intervenientes — o debate teve contudo o mérito de ser inovador.

Na verdade, pode dizer-se que foi a primeira vez que os próprios interessados, emigrantes, tiveram oportunidade de discutir entre si, com o responsável governamental pelo sector e na «presença» do público, questões fundamentais da sua condição de trabalhadores ausentes do País (mas nem por isso com menos valor — bem pelo contrário! — para as tarefas de recuperação nacional, especialmente no domínio económico).

A propósito e em resposta a questões levantadas, o Secretário de Estado da Emigração teve ocasião de focar aspectos muito concretos da política que se propõe realizar no campo da emigração.

A um pedido de divulgação do texto dos acordos em discussão com os países acolhedores de emigrantes portugueses, respondeu o dr. João Lima, que não teria qualquer dúvida em facultar a participação dos emigrantes no debate de quanto lhes diz respeito.

«Mas é necessário — sublinhou — desenvolver as associações, torná-las representativas dos verdadeiros emigrantes, para que não volte a acontecer que sejam os intelectuais portugueses residentes em Paris ou em qualquer outra capital a pretender falar em nome dos pedreiros ou dos portugueses que trabalham nos esgotos de cidades estrangeiras.»

A questão da entrada de Portugal no Mercado Comum como meio de facilitar a vida aos emigrantes portugueses trabalhando em países da C. E. E. foi também abordada, tendo havido opiniões discordantes. Aguardar ou não o ingresso do nosso país na Comunidade para lutar pelos interesses dos nossos emigrantes foi outra perspectiva sobre a qual foi encarado aquele problema.

«A política de emigração do Governo — sintetizou o dr. João

Lima — será virada ao interesse nacional e à protecção do interesse dos nacionais emigrados». E, logo, a seguir, acrescentou: «vamos ter de procurar minorar os inconvenientes do estatuto da emigração».

A questão do ensino para os filhos de emigrantes foi outro dos assuntos focados. O Secretário de Estado, depois de ter criticado «o boicote» à difusão da cultura portuguesa no estrangeiro, durante os Governos Provisórios — tendo responsabilizado particularmente a Secretaria de Estado do Ensino Básico — recordou as garantias do Programa do actual Governo no que se refere a este ponto. Também a protecção dos bens dos emigrantes em território nacional está garantida pelo Governo socialista — disse.

O estabelecimento de um serviço de informação não manipulada aos emigrantes é outra preocupação do Governo — anunciou João Lima, que considerou «crimes de lesa-Pátria» as informações tendenciosas até agora dadas aos nossos emigrantes as quais contribuíram para lhes fazer diminuir a confiança no nosso país.

Quanto ao recente encontro de emigrantes promovido pela Inter-sindical, o secretário de Estado afirmou que o Governo apreciará as suas conclusões, à luz do significado que lhes atribuir. O Secretário de Estado manifestou, todavia, dúvidas quanto à representatividade daquele encontro.



# CARTA DO MÊS

A pág. 39 do n.º 10 da vossa apreciada revista, referente a Maio, e que pessoa amiga fez chegar às minhas mãos, li uma frase que me sugestionou: **«uma vez que já se pode falar alto»...** E é-nos sugerido, a nós emigrantes, que digamos algo sobre a nossa vida.

Pois bem, eu atrevo-me a seguir a vossa sugestão. A minha história é longa mais eu não resisto à tentação de a passar ao papel pela vez primeira... Embora a traços largos, aí vai.

Único filho varão de uma família de comerciantes nasci em 1919 numa pequena Vila estremenha, cerca de Lisboa. Quando mal tinha completado oito anos de idade verifica-se o divórcio dos meus Pais. E tal evento haveria de influenciar-me a vida fora. A fim de me afastar do ambiente em que vivera até então fui internado num colégio nortenho. Ali estudei durante 7 anos, tendo aos quinze anos feito com aproveitamento o exame do 5.º ano liceal. Bem gostaria de ter continuado a estudar. Não o entenderam assim os meus maiores que houveram por bem que eu devia dedicar-me ao comércio afim de continuar a tradição familiar. E assim me fizeram comerciante bem a meu pesar...

...Na terra da minha naturalidade desempenhei, durante vinte anos, gratuitamente e por vezes até com prejuízo da própria bolsa e descanso quase todos os lugares e presidindo anos a fio, em direcções de colectividades locais, tais como: Bombeiros Voluntários, Columbofilia, C. Venatória, Grupo Desportivo, C. de Assistência, Misericórdia, Caixa de Crédito Agrícola Mútua, etc. Vila pequena, onde fiz tudo quanto em mim cabia em prol do meu semelhante mais for força de vontade e amor à minha terra do que por mérito próprio. E os pobres que de mim se acercavam encontravam sempre em mim além de compreensão, amizade e o desejo de ajudar a resolver os seus problemas...

Politicamente, fui sempre um anti-fascista convicto. Já o meu Pai o fôra, pelo que devo ter herdado as suas ideias ou tê-las no próprio sangue Tomei parte muito activa em todas as campanhas anti-fascistas, nomeadamente nas candidaturas; desde Norton de Matos a Humberto Delgado, passando pelo Craveiro Lopes e Quintão Meireles. Lutei e trabalhei afinadamente, encabeçando na minha terra natal as listas de adesão às mesmas. Isso me valeu até uma pequena detenção e a consequente informação «pidesca». Suponho residir aqui o motivo que remotamente me impeliu a emigrar. Mais do que uma vez sondado para fazer parte de elencos ofi-

ciais, quer na Câmara quer no Conselho Municipal, sempre a tal me recusei por coerência com o meu ideal socialista...

Com a família a meu cargo não me restou outra solução além da emigração. Foi, naturalmente, com muita tristeza que tive que separar-me dos meus deixando-os em Lisboa e emigrando para a Alemanha. Minha esposa, sempre doente, ficou junto dos filhos. Aqui não me poderia ajudar. Em Lisboa faria a lida da casa e olharia pelos nossos filhos. É de imaginar o que representa para nós estes doze anos de separação!

Contar o que tem sido esta vida de emigrante? É bem difícil fazer um retrato fiel. Aqueles que em Portugal julgam que nós os emigrantes ganhámos a vida a cantar enganam-se redondamente. Quem tinha um razoável nível de vida em Portugal, estranha muito. Mais de início. Outras gentes, outros costumes, outra língua. Tudo tão diferente. Mas os portugueses adaptam-se com relativa facilidade. Não foi, pois, a mira na fortuna fácil que me trouxe mas a necessidade de sustento da família. Eu sabia que a «árvore das patacas» secara há muito e que haveria que trabalhar no duro para subsistir e conseguir atingir a meta: a formação dos filhos. Tendo emigrado aos 44 anos e contando 56, levo 12 anos de Alemanha. Doze anos de tremendos sacrifícios e de saudade infundas, separado dos meus, dos amigos, da Pátria querida. Fui recebido de braços abertos e trabalho não me tem faltado. Se bem que não tenha uma profissão definitiva tenho conseguido viver, ainda que muito modestamente, visto os proventos não serem muitos. O que é natural, aliás. Bem gostaria de ter trazido comigo a Família. Mas os estudos dos filhos? Aqui ainda não há escola portuguesa. E amanhã saberiam quem foi Lutero mas desconheceriam D. Afonso Henriques. E isso não queria eu. E hoje posso dizer que valeu a pena, porquanto em parte o sonhoolveu realidade. O meu filho mais velho de 24 anos, formou-se o ano passado em Direito. O mais novo, de 19 anos, tendo terminado agora o Serviço Cívico entrará na Universidade...

E por último abordo o *problema do regresso*. Só, trabalhando em terra estranha, onde a vida é caríssima, com um pequeno ordenado, pagando renda de casa em Lisboa e aqui, três pessoas a meu cargo e os estudos dos filhos, é visível que nada tenha conseguido amearhar com vista ao futuro. E este vejo-o com uma certa apreensão dado que creio ter de trabalhar aqui até à reforma. Não me resta outra alterna-



tiva. Se eu gostava de voltar? Prouvera a Deus que eu pudesse partir no próximo avião! Mas não, nem sequer de visita posso ir todos os anos. Eu confesso que o trabalho não me assusta. Mas reconheço que é muito elevada a taxa de Desemprego em Portugal. Se já o era, foi consideravelmente agravada com o regresso dos «retornados». Se um posto de trabalho era difícil de conseguir, agora ainda o é mais. Certamente que têm direitos pois são dos nossos. Mas nós os emigrantes, quando voltamos pobres e necessitados de trabalho também o não conseguimos com facilidade. No meu caso, com 56 anos, seria pouco menos que impossível. No entanto, sei que poderia bem desempenhar um lugar compatível com as minhas habilitações e conhecimentos gerais. Sim, porque existem muitos lugares onde se usa mais o cérebro do que os músculos. Infelizmente Portugal não possui ainda as condições mínimas para poder albergar no seu seio todos os seus filhos. A viragem para o Socialismo, meu ideal de sempre, talvez traga consigo a resolução de todos os nossos problemas. Mas só a... longo prazo. Todos nós sabemos quão trágica e pesada foi a herança que o fascismo nos legou. Pese embora o seu desejo de aceitar, não podem os nossos actuais governantes fazer milagres. Até que tudo se normalize alguns anos terão que decorrer. Mas eu tenho fé em que os destinos da nossa Pátria terão ido parar, por nossa escolha, às únicas mãos que podem conduzi-la ao lugar que de direito lhe pertence. Os socialistas serão dignos dos nossos votos e confiança. Para tanto votei no Socialismo, como teria votado no Sr. General Ramalho Eanes. Essa mercê foi-nos recusada.

Pedindo desculpa do «arrazoado», subscrevo-me

**Aníbal Miguel Carvalho  
das Neves (Alemanha)**



# pelas nossas terras



## GUIMARÃES

### Festas Gualterianas

Estes festejos vimarenenses datam do ano de 1452, há portanto mais de cinco séculos, com a criação da Feira Franca de Agosto, por carta do rei D. Afonso V. A importante feira de gado então realizada movimentava já bastantes feirantes e negociantes de gado de toda a região, durante dez dias, tornando-se aos poucos em autênticos festejos populares em honra de S. Gualter, ou festas Gualterianas.

Houve um tempo, até ao princípio do nosso século, em que as Feiras Francas eram pretexto para grande intercâmbio comercial entre as populações isoladas do interior que, acabada a invernia, viam aparecer com a Primavera e Verão a necessidade de se reabastecerem e de visitarem velhos amigos. Sem estradas e sem comunicações, eram estas vindas aos centros urbanos de então — uma vez por ano e por ocasião das Feiras Francas — que serviam para a troca dos cereais das suas colheitas, a venda duma rês, o mel e a cera, a azeitona curtida, o linho em rama ou fiado, por outros produtos, como a roupa feita, o calçado, as ferramentas, louças, adornos, o fiozito para a moça casadoira, umas arrecadas para a mulher e uns brincos para a filha mais nova.

As Festas Gualterianas foram durante séculos para Guimarães tudo isto, tal qual a Senhora dos Remédios em Lamego; S. João em Braga; S. Bento em Santo Tirso; a Senhora da Agonia em Viana do Castelo; a Festa das Cruzes em Barcelos; e até um pouco, Santo António em Lisboa. Todas as terras tinham as suas feiras que dura-

vam dias e, às vezes, até semanas, às quais acorriam os comerciantes e artífices de outros centros, levando consigo artigos diversos transportados em carros de bois ou cavalos. Com a abertura de estradas e o desenvolvimento posterior dos meios de comunicação, este tipo de comércio e de intercâmbio social entre as popula-

ções, uma vez ao ano, foi rapidamente ultrapassado, restando hoje disto pouco mais que a tradição que, essa apesar de todas as previsões cépticas, continua a prevalecer. Por meados do princípio do século Guimarães era um dos maiores, senão o maior centro comercial de todo o Nordeste português, mas a evolução dos tempos vinha

## A EXCEÇÃO QUE QUEREMOS REGRA

Com foguetes, bombas e cravos vermelhos, foi dia de festa para o povo de Casconha (freguesia de Sobreira — Paredes).

O Povo da localidade que no seu dizer simples afirma: «Casconha já era Casconha, antes de Portugal ser Portugal», testemunha assim a sua milenária existência e também o tradicional esquecimento de que tem sido alvo, sobretudo por parte do governo fascista. Mas a alegria, o regozijo natural que provoca a realização de uma obra colectiva, tiveram o seu dia grande: finalmente têm água em abundância!

O lugar da Casconha tem cerca de mil habitantes e 400 fogos, sendo a sua população de condição camponesa, vivendo de difíceis recursos. A dureza do solo, negro e xistoso torna difícil o trabalho agrícola.

No entanto cento e vinte homens, roubando tempo às suas horas de descanso, munidos de pás e picaretas, compareceram um dia ao trabalho colectivo: mobilização da população para abrir valas e outras obras, para traçar o percurso do precioso líquido até à sua localidade! Foi há um ano... Depois houve um período de desmobilização. Finalmente a Comissão de Moradores tomou a iniciativa e organização dos

trabalhos — «oito quilómetros de valas abertas a braço do povo» —, o esforço colectivo demonstrou que era possível concretizar o velho sonho comum. Fizeram-se escavações para o reservatório, construiu-se o reservatório principal, abriram-se valas para as condutas da rede de distribuição. «Se a obra tivesse sido feita por um empreiteiro não teria custado menos de 7 mil contos. Assim ficou-nos por 500. Cada casa contribuiu com um total de 3 contos. Não fomos buscar técnicos a lado nenhum, porque aqui todos temos as nossas artes e fomos compreendendo que da conjugação dos nossos esforços é que dependia o êxito da iniciativa», afirmou a Comissão de Moradores. Com a participação da Câmara de Paredes em dez contos, foram-se iniciando os trabalhos, depois o resto foram os próprios interessados a adquirir tubos, acessórios, cimento, motores, enfim tudo o que para obras similares é necessário. Todos voluntários, todos por amor a uma causa e um objectivo que realizaram com suor, com menos descanso, com trabalho. Em suma, ousar contar com as suas próprias forças, acreditar que é em si mesmo — no Povo — que residem todas as potencialidades criadoras dum Portugal reconstruído!



minando as Festas Gualterianas. A sua decadência avizinhava-se. O fim destas Feiras Francas, seria uma perda de tradições populares ancestrais, urgia resolver a questão. Os vimaranenses, seduzidos pela ideia de criarem as Festas da cidade, tornaram as Gualterianas, as festas de Guimarães, no recuado ano de 1906. As primeiras festas da cidade realizam-se neste ano, porém a imaginação de uma plêiade de artistas da velha urbe, quis instituir com elas uma nova nota de originalidade: projectaram-se decorações, iluminações e, finalmente, da ideia inicial surge um sumptuoso cortejo de luz e cor de carros alegóricos, hoje considerado como um dos mais típicos de todo o País.

Este ano, tal como sempre, a alegria e o brilhantismo das Festas Gualterianas, estiveram presentes (30 e 31 de Julho; 1 e 2 de Agosto) na cidade de Guimarães que registou grande afluxo de forasteiros e a visita de tradicionais admiradores dos seus naturais encantos.

---

## COVILHÃ

---

### I Exposição Sobre Caça

Realizou-se nesta cidade a *I Exposição Sobre Caça*, promovida pela conjugação e iniciativa de diversas entidades particulares e oficiais, tais como: Comissão Venatória Concelhia da Covilhã, Serviço Nacional de Caça, Câmara Municipal desta cidade. A exposição esteve patente ao público no Pavilhão Redondo da Feira das Actividades Económicas da Covilhã. Organizada com especial e esmerado cuidado técnico, esta Exposição acabou por se revelar não só de interesse venatório, como inclusivamente de interesse vital para o estudo cinegético nacional. Era completada por inúmero material fotográfico, cartazes e um programa de ordenamento cinegético que, como nota curiosa do espírito de organização, é constituído pelo Conselho Nacional dos Caçadores, Conselho Regional do Caçador; delegados municipais, freguesias, lugares; Comissão Regional de Caça e brigadas móveis, todos interessados no referido ordenamento cinegético que engloba 104 concelhos onde se pensa poderão ser delimitadas cerca de 400 zonas de reserva, abrangendo estas mais de 800 000 hectares.

A Exposição era completada por cerca de uma centena de espécies

embalsamadas, com predominância para o lobo e o javali abatidos durante recente batida levada a cabo entre Ferro e Peraboa. Entretanto, durante a duração desta Exposição, foi realizado um colóquio com a intervenção do dr. Carlos Magalhães, biólogo do Serviço Nacional de Caça. O tema central da palestra incidiu na necessidade de salvaguardar o património nacional neste campo. O orador revelou ainda curiosos dados: de 1933 a 1957 foram abatidos 297 lobos nos

distritos da Guarda e de Castelo Branco, salientando-se que esta espécie existe especialmente no Norte e Nordeste do País. O dr. Carlos Magalhães advogou a necessidade de controlo dos cães vadios, na medida em que se tornam autênticas feras em determinadas condições, pondo em perigo as populações e os gados, especialmente as ovelhas, citando o caso de em Inglaterra, cerca de cinco mil ovelhas numa zona rural, terem sido mortas por esta espécie de cães.



Ribeira Grande — S. Miguel (Açores)

---

## AÇORES

---

Prevê-se, para fins de 1977 a entrada em funcionamento de uma estação terrena para comunicações via satélite, a instalar na ilha de S. Miguel, nos Açores.

A construção da referida estação

enquadra-se nos estudos elaborados em 1975, com vista a dotar o arquipélago dum novo sistema de telecomunicações com o exterior, substituindo, deste modo, a via radioelétrica convencional.

Recorde-se que a Marconi mantém em serviço três estações para comunicações via Satélite, uma das quais em Portugal e as outras duas em Angola e Moçambique.

---

## MADEIRA

---

Foi aprovado pela Junta Regional da Madeira um plano para aumentar a produção do vinho daquela região, com vista a satisfazer a sua procura internacional.

Das facilidades estabelecidas para o fomento da cultura da vinha, a Estação Agrária facultará aos agricultores as plantas a um terço do seu preço real, e oferecerá, gratuitamente, os gar-

fos para enxertias de qualidade, além de ceder mão-de-obra para a execução dessas mesmas enxertias.

Cursos práticos de aperfeiçoamento agrícola, no que respeita às várias operações que interessam ao cultivo da vinha, bem como a cedência de maquinaria agrícola para a preparação dos terrenos, estão também previstos no plano agora aprovado.

O total dos encargos a repartir pelos anos de 1977 a 1983 elevam-se a cerca de catorze mil contos, cifrando-se os do próximo ano em oitocentos contos.



## PORTO

O Fundo de Fomento da Habitação, através da direcção de Habitação do Norte, abriu concurso para a construção dos seguintes conjuntos habitacionais: Várzea (Gondomar) — 56 fogos, no valor de 23 200 contos; Macedo de Cavaleiros — 72 fogos, no valor de 32 600 contos; Terronha (Miranda do Douro) — 64 fogos, no valor de 28 200 contos; e Ponte-Rio Tinto (Gondomar) — 80 fogos, no valor de 33 mil contos.

## ÍLHAVO

Encontram-se finalmente concluídos os trabalhos de abertura da estrada

que liga Vale de Ílhavo ao lugar de Lavandeira, no Concelho de Vagos. Também estão em curso as obras da estrada de Ermida, que irão proporcionar a ligação entre a Estrada Nacional n.º 109 e a estação do caminho de ferro de Quintãs.

na Espanha, França, Bélgica, Luxemburgo, Itália, Suécia e Jugoslávia. Saliente-se que o rancho folclórico «Os Camponeses» recebeu há pouco um convite para actuar num importante festival de folclore europeu em França.

## RIACHOS

O Rancho Folclórico «Os Camponeses» da Casa do Povo de Riachos efectuou uma digressão pela Alemanha Federal e França, de onde regressou a 22 de Agosto. Desde há muito que este grupo folclórico vem desenvolvendo actividade relevante no campo da música e danças populares, alcançando merecido apreço em actuações

## VAGOS

Foi concedido à Misericórdia de Vagos um subsídio de mil contos destinado à construção de um infantário nesta vila. As obras do referido infantário terão início ainda no decorrer deste ano, ficando este instalado nos terrenos anexos à nova Casa do Povo.

# LIVROS



### ● VOCABULÁRIO TÉCNICO E CRÍTICO DA PEDAGOGIA E DAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO — J. Leif — Editorial Notícias

De extrema utilidade para pais, professores, estudantes universitários e todos aqueles que de qualquer forma se encontram ligados às actividades do ensino, este vocabulário apresenta-se fundamentalmente prático. Ordenados alfabeticamente, os termos recebem a definição ou as definições que fixam o seu conteúdo e, por assim dizer, reforçam a noção dada, inserindo-a no seu contexto pedagógico. Finalmente, cada termo é remetido para outros susceptíveis

de o colocarem sob uma luz diferente ou complementar.

### ● A COMUNA DAS ASTÚRIAS — Bernardo Diaz Nosty — Edições Liber

A Revolução de 1934 — o Outubro Asturiano — foi considerada pelos historiadores europeus mais independentes como uma batalha chave e de singular importância no contexto das lutas proletárias. O autor oferece-nos neste livro o fruto de seis anos de investigação, realizada numa óptica não condicionada por vivências ou partidarismos. Centenas de entrevistas e testemunhos enriquecem o valor desta obra, indispensável para o conhecimento do desenrolar dos últimos anos da República até ao desenlace sangrento de 1936.

### ● A IDADE DA FORÇA — Simone de Beauvoir — Livraria Bertrand

Trata-se não apenas do depoimento de uma grande escritora e a reacção dos mais conhecidos intelectuais franceses sobre a questão política, mas também as «chaves» para compreender a formação de uma nova mentalidade, de novas correntes de pensamento, de novas formas literárias e artísticas, de novas maneiras de encarar o amor e liberdade.

### ● A PEDAGOGIA SOCIALISTA — Bogdan Suchodolski — Editorial Futura

Indiscutivelmente o mais reputado pedagogo marxista, B. Suchodolski pretende responder a questões fundamentais como «o que

é a Educação Socialista», e outras que incluem este livro na lista dos clássicos da pedagogia moderna.

### ● O SONHO E A HISTÓRIA — Claude Julien — Editora Arcádia

Chefe de Redacção de «Le Monde Diplomatique», Claude Julien apresenta-nos nesta obra algumas revelações sobre a sociedade americana, na sua trajectória entre 4 de Julho de 1776 e 4 de Julho de 1976, ou seja, entre a Declaração de Independência e a recente comemoração do bicentário dos Estados Unidos da América.

### ● CRISTÃOS E COMUNISTAS — Publicações Europa-América

O debate entre cristãos e comunistas continua na ordem do dia. Na convicção geral, afrontam-se, defendidas por cada um dos grupos duas ideologias antagónicas: uma que faz do ateísmo um ponto fundamental da sua mundividência, outra que centra na relação com Deus o fulcro da vida do homem. Até que ponto é possível encontrar convergência de objectivos a partir dos pressupostos em oposição?

### ● O TRIUNFO DOS PORCOS — George Orwell — Editora Perspectivas e Realidades

Combatente das Brigadas Internacionais na Guerra Civil de Espanha, George Orwell foi, acima de tudo, um homem que lutou contra o totalitarismo. Autor de uma vasta obra literária, escreveu livros fundamentais da moderna literatura, dos quais se destaca o presente volume.

uma sarcástica e firme denúncia do estalinismo.

### ● ESTRUTURAS DE DEPENDÊNCIA — Eduardo Sousa Ferreira — Iniciativas Editoriais

Devido à dependência de Portugal em relação a outros países europeus, dependeram também as colónias de vários países, apesar de estes não exercerem directamente sobre elas um poder político. Resultado de um projecto de investigação executado no quadro do «Programa de combate ao racismo» do Conselho Eclesiástico das Igrejas, o presente volume trata das relações económicas de Angola e Moçambique com a República Federal da Alemanha.

### ● O URBANISMO E A POLÍTICA — François Ascher/Jean Glard — Editorial Estampa

Viver na cidade é uma questão que cada vez com mais acuidade diz respeito a um número crescente de trabalhadores. Este estudo destina-se à compreensão dos mais importantes problemas ligados à vida urbana, e para o desenvolvimento das lutas pelas transformações económicas que permitam uma transformação das condições de vida nos grandes centros urbanos.

### ● A PLANIFICAÇÃO SOCIALISTA DA ECONOMIA — Charles Bettelheim — Edições 70

As análises actuais no domínio cada vez mais alargado da planificação socialista implicam, para serem precisas, que se disponha já de uma visão de conjunto dos problemas mais gerais da planificação centralizada. E precisamente esta última o objectivo do presente volume.



# A FANTÁSTICA AVENTURA



*Guthurd Sacadura Cabral*

*Gago Coutinho*

## TRAVESSIA AÉREA LISBOA-RIO DE JANEIRO

Pelos Oficiais da Marinha de Guerra Portuguesa

**Gago Coutinho-Sacadura Cabral**

4527 MILHAS - 62 HORAS 26 MINUTOS - 30 DE MARÇO A 17 DE JUNHO

1922 F. Noronha



Meio século depois o homem poisa na Lua, coloca uma sonda em Marte... e amanhã talvez saia fora do sistema solar a caminho de outros sistemas onde, em torno de outros sóis, tracem a sua órbita outros planetas semelhantes à Terra...

No afastado ano de 1922, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, como que representando o espírito empreendedor dos portugueses de antanho, fazem estalar de alegria e ansiedade os corações dos nossos avós, ao encetarem a primeira travessia aérea do Atlântico-Sul de Lisboa ao Rio de Janeiro.

Proeza precursora dos aviadores portugueses, tinham realizado os americanos, ao efectuarem a travessia do oceano, poisando por fim em águas do Tejo em 1919. Porém, a aventura destes era de carácter meramente técnico: foram experimentados os aparelhos e revistas





as suas engrenagens específicas de acordo com longas horas de voo. A aventura americana guiara-se cuidadosamente ao longo de toda a costa do Atlântico-norte, através de numerosa frota escalonada de acordo com o percurso a encetar. A navegação aérea com a precisão e o cálculo da navegação marítima, não tinha ainda sido atingida.

Até ao ano de 1922, a aviação evoluíra na qualidade das estruturas, aperfeiçoamento dos motores e produção de melhores combustíveis e lubrificantes para os aparelhos. A I grande guerra mundial não é estranha a este progresso técnico.

A Gago Coutinho e Sacadura Cabral caberia a glória mundial de resolver o problema da navegação aérea astronómica, aplicando a técnica da navegação marítima à navegação aérea sem visibilidade de horizonte e pontos de referência nos acidentes geográficos. Para conseguirem tais resultados os aviadores portugueses aplicaram no sextante marítimo um horizonte artificial de sua própria invenção e, paralelamente, organizaram uma tabela de correcção de rumo.

Assim se abriu uma nova era para a aviação mundial!

#### PRIMEIRA EXPERIÊNCIA

Antes de aceitar o convite de Sacadura Cabral para que fosse o seu «navegador» na viagem ao Brasil, quis Gago Coutinho experimentar o seu invento (ele não queria que lhe chamassem «inventor», mas apenas «processo»...) num voo de Lisboa ao Funchal. A experiência foi um êxito. Os cálculos e o rumo estabelecidos por Gago Coutinho levaram o aparelho «matematicamente» à baía do Funchal — sem ser necessário escalonar navios ao longo das quinhentas milhas do percurso... Isto passou-se em 1921. Um ano depois, era a epopeia fantástica do voo ao Brasil.

A época heróica dos aviões de tela e madeira constituía também para os portugueses — e para o mundo — o marco glorioso que assinalava, a partir de 1922, o início duma nova era para a aviação: a infalibilidade da navegação científica — a qual, até então, não existira.

Na rota percorrida entre Portugal e Brasil, assinalaram-se as seguintes etapas: Lisboa-Las Palmas (710 milhas); Las Palmas-Cidade da Praia (910 milhas); Cidade da Praia-Fernando Noronha (1260 milhas); e Fernando Noronha-Pernambuco (300 milhas).

#### A VIAGEM

A partida de Lisboa teve lugar no dia 30 de Março, precisamente às 7 horas, com destino às ilhas Canárias. O aparelho pousou na enseada de Las Palmas, sem novidade. Ali permaneceu até ao dia 5 de Abril, quando

descolou para Cabo Verde, amarrando nas águas da Cidade da Praia. Na madrugada do dia 5, novamente levantou voo, com destino à ilha Fernando Noronha, com escala nos Penedos S. Pedro e S. Paulo, onde chegou com toda a precisão de voo técnico, encontrando mar picado, após ter atravessado, com plena segurança, extensa e alta camada de neblina. Percorreu 11 horas e vinte e um minutos de voo sobre o oceano.

Ao pousar com mar agitado, um flutuador não resistiu ao impacto e o avião acabou por se afundar, sendo os aviadores recolhidos pela tripulação do cruzador português «República», que aguardava no local para qualquer eventualidade.

Um novo aparelho, o «Fairey-16», foi enviado de Lisboa pelo navio brasileiro «Bagé» e entregue aos pilotos em Fernando Noronha. De lá partiram em direcção aos Penedos para retomar a rota. Depois de sobrevoá-los, rumaram para Fernando Noronha. A 170 milhas de distância desta ilha o motor falhou, obrigando a um pouso de emergência, em mar agitado. Novamente houve quebra de um flutuador e o aparelho começou a submergir.

O cruzador «República», que se encontrava na ilha, estranhou a demora na chegada. Mandou, por isso, um radiograma de socorro que foi captado pelo navio inglês Paris City, cuja tripulação, já de noite, recolheu os naufragos, após notar os sinais luminosos lançados pelos aviadores. Poucos instantes depois, o «Fairey» afundava.

Em face do ocorrido, o Governo Português enviou, pelo cruzador Carvalho de Araújo, um outro hidro, o «Fairey-17». No dia 5, prosseguiu o voo para Recife. De lá para a Bahia, no dia 8 e no dia 11 para Porto Seguro. No dia 17, terminava a gloriosa e pioneira Travessia, com a chegada ao Rio de Janeiro, após percorridas 4527 milhas e voadas sessenta e duas horas e vinte e um minutos. O vitorioso «Fairey-17», foi então, solenemente, baptizado com o nome de Santa Cruz.

A I Travessia Aérea do Atlântico Sul não se confinara aos limites da navegação portuguesa. O contributo dado, de acordo com o espírito largo de Gago Coutinho, ia servir a quem interessasse. A técnica evoluiria, criaria novos processos, novos métodos, mas no campo da ciência as grandes conquistas são produto de contribuições conjugadas, por vezes ao longo de muitos anos!...

A viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral não constituiu apenas um marco na história da navegação aérea. Foi também o estabelecimento de novo elo nas relações entre Portugal e o Brasil, nação que Gago Coutinho tanto amava.



# ESTA REVISTA É PARA SI!

«25 de Abril» dirige-se aos 3 milhões de emigrantes que por esse mundo fora procuram, na dureza do trabalho diário, assegurar as condições económicas indispensáveis para a existência digna a que têm direito. Alguns já partiram há muitos anos, e porventura não regressarão. Outros, muitos outros, prevêem voltar para a sua Terra, para a **Nossa Terra**.

A Revista nasceu em Outubro de 1974 e nas várias fases que atravessou tem feito um esforço constante de renovação. Vamos agora no número 13 e o que desejamos, é fazer-lhe chegar, todos os meses, na medida do possível um **PANORAMA DO NOSSO PAÍS: DOS PROBLEMAS E DA SITUAÇÃO QUE VIVEMOS, DAS GENTES E DOS LUGARES, DAS VILAS E CIDADES, DAS ALDEIAS E DOS CAMPOS.**

E, por outro lado, podemos apresentar uma série de informações das **COMUNIDADES PORTUGUESAS, dos EMIGRANTES, e da sua VIDA, dos seus problemas de trabalho, da Família, das suas actividades nas Associações, nos Clubes Recreativos e Desportivos, nos Sindicatos; do desporto, do teatro, da educação dos filhos, etc...** Como, pois, a Revista «25 de Abril» é para si, leitor emigrante, colabore connosco. Escreva-nos:

- a dizer o que se passa na sua Associação... no seu trabalho;
- a contar as dificuldades que têm tido e como as têm resolvido.

E, não esqueça: depois de ler a revista mostre-a aos seus camaradas, no trabalho, na sua associação.

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

Revista «25 de Abril»  
Praça do Areeiro, 11-2.º Esq.º  
Lisboa — PORTUGAL

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado da Emigração. Para o efeito, envio a importância de..... \$ .....

NOME .....

MORADA.....

LOCALIDADE .....

PAÍS.....



emigrantes se debatem quotidianamente, ao nível do trabalho ou do emprego, do aperfeiçoamento e da reciclagem profissional, da habitação e da segurança social, do ensino, da educação e da língua, ao nível, enfim, do apoio permanente aos seus interesses fundamentais, nas respectivas zonas de fixação;

## **NEGOCIAR ACORDOS DE EMIGRAÇÃO**

- Renegociar os acordos de emigração já existentes e iniciar a negociação de novos acordos com outros países de acolhimento, no quadro da definição e da execução de uma política externa realista e coerente que tenha em vista os interesses nacionais onde quer e como quer que se repercutam;

## **INTENSIFICAR A PROTECÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NO ESTRANGEIRO**

- No domínio do apoio ao emigrante, intensificar a protecção, no campo do fomento cultural e recreativo e da subvenção económica, às associações portuguesas no estrangeiro, bem como elaborar uma política de informação aos emigrantes que, utilizando os meios já disponíveis, seja instrumento de valorização cultural e de projecção de Portugal no Mundo. A este respeito, o governo procurará constituir, de acordo com os países estrangeiros, um sistema eficaz e coordenado do ensino da língua portuguesa em escolas para os filhos dos emigrantes portugueses em zonas de fixação mais densa.

## **OS INTERESSES DOS EMIGRANTES SERÃO PROTEGIDOS**

Mas não esquece o governo que o destino do emigrante português é o regresso à Pátria. Por isso, na reconstrução económica de Portugal, os interesses dos emigrantes serão protegidos e as suas capacidades aproveitadas. Consequentemente o governo entende:

- Assegurar a propriedade privada e os demais bens dos emigrantes, mobiliários ou imobiliários;
- Aproveitar as capacidades de trabalho e a técnica dos emigrantes em ligação com as suas poupanças é para o governo elemento fundamental na

elaboração de um plano económico de reconstrução nacional, a que todos os trabalhadores portugueses residentes ou não no território não poderão ser alheios;

- Entende ainda o governo que deverão ser intensificados os esforços de protecção de todos os emigrantes portugueses, não só os radicados no Continente Europeu, mas também os que constituem comunidades portuguesas tradicionais nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália, na Venezuela, no Brasil e na África do Sul, cujas aspirações e anseios, a despeito de se caracterizarem como elemento importante na protecção extra-territorial da civilização portuguesa nem sempre mereceram dos departamentos responsáveis a maior atenção e consideração, mesmo perante as repercussões das iniciativas dessas comunidades no domínio do social, do cultural e do económico.

Fórmulas adequadas e eficazes decorrentes de uma nova política externa serão postas em prática pelo governo no sentido dos portugueses radicados nos novos países africanos de expressão portuguesa verem os seus interesses protegidos.

## **A EXECUÇÃO DA POLITICA DE EMIGRAÇÃO**

Tais objectivos não poderão, todavia, ser conseguidos sem apoio de estruturas harmónicas e integradas, com centros de decisão unificados que coordenem a gestão e a execução da política de emigração por departamentos diferenciados. Consequentemente o governo:

- Procederá à reestruturação urgente dos consulados, reorganizando-os e adaptando-os à nova situação de apoio à presença de milhões de portugueses no estrangeiro como todos os problemas humanos, políticos, económicos e sociais que daí decorrem, superadas as deficiências organizativas daqueles e a disposição mental e profissional de muitos dos seus agentes;
- Integrará, uma vez remodeladas, as estruturas específicas de emigração na sua missão de apoio ao emigrante, em consonância de acção com as estruturas tradicionais;
- Economizando meios e racionalizando métodos, criará um sistema estrutural que, no território e fora dele, possibilite a execução em concreto da política de emigração.





LOGO À PARTIDA A TAP RECEBE-O COMO NA SUA TERRA!  
DE ONDE QUER QUE ESTEJA NÓS TRAZEMO-LO PARA:

**PORTUGAL CONTINENTAL**

**AÇORES**

**E MADEIRA**

**TAP**  
TRANSPORTES  
AÉREOS PORTUGUESES